

Professores conquistam plano de saúde

O GDF enviou à Câmara Legislativa um projeto de Lei que cria um plano de saúde para os servidores do próprio GDF.

Antiga reivindicação dos servidores do DF, essa conquista foi obtida em função da greve dos professores realizada em março deste ano. Na ocasião, para colocar fim ao movimento paredista, o governador Joaquim Roriz assumiu o compromisso de criar o plano de saúde, o que só acabou ocorrendo graças à pressão dos professores.

Características do programa

Beneficiários – Todos os servidores ativos e aposentados do Executivo.

Beneficiários dependentes – cônjuge ou companheiro (a), filhos menores de 21 anos, inválidos e filhos estudantes universitários até 24 anos.

Cobertura – Em todas as especialidades, inclusive fonoaudiologia.

Atendimento – Através de rede credenciada pelo próprio Instituto no DF e Entorno e rede credenciada nacional.

Financiamento – GDF, com 1,5% da folha de pagamento dos servidores; servidores, com 4% da remuneração com desconto máximo de R\$ 300,00 + 1%

para cada dependente.

Para melhor entendimento da proposta, apresentamos alguns exemplos, que reproduzimos a seguir:

Remuneração R\$ 800,00

– desconto de R\$ 56,00.

Remuneração R\$ 2.000,00

– desconto de R\$ 140,00.

Remuneração R\$ 3.000,00

– desconto de R\$ 210,00.

Remuneração R\$ 4.000,00

– desconto de R\$ 280,00.

Criação do Centro de Atenção ao Trabalho e à Saúde do Servidor do GDF – CENTRS. Este centro, segundo o governo, será localizado próximo à Praça do Buriiti e está em

processo de licitação. Lá funcionarão os serviços de perícia médica, reabilitação, assistência médica, odontológica e saúde ocupacional.

Sistema de autogestão a partir de um conselho de representantes do GDF e dos Servidores.

A adesão ao Plano de Saúde será automática para todos os servidores, que terão 90 dias para manifestar-se se desejam permanecer ou não no plano.

O atendimento e o desconto da parcela do salário do servidor começará 120 dias depois da vigência da nova lei.

PROPOSTA FINANCEIRA

O GDF enviou projeto de lei à Câmara Legislativa, em que concede, além das parcelas do atual Plano de Carreira, para março e julho do próximo ano, um reajuste linear de 5% em março e a mudança da Gratificação de Incentivo à Carreira (GIC), pelo projeto, nossos salários terão o seguinte reajuste:

Março de 2006: quarta parcela do Plano de Carreira mais de 5% de reajuste, o que equivalerá a um aumento variável de 9,76% a 11,81% sobre os salários atuais.

Abril de 2006: mudança da GIC e retorno dos 25 padrões, com progressão anual (atualmente a progressão é de três em três anos), o que equivale a um aumento variável de 2,10% no padrão dois a 12; 65% no padrão 25, sobre os salários de março de 2006.

Julho de 2006: quinta e última parcela do Plano de Carreira, com reajuste médio de 4,5% sobre os salários de abril de 2006.

Assim que o projeto for aprovado enviaremos a tabela salarial para a residência dos professores.

PLANO DE MORADIA

As conversas caminham devagar, mas o Sinpro aguarda que sejam marcadas novas rodadas de negociação com a Terracap para definir critérios de desconto e definição de áreas. Confira na página 7 o documento integral do compromisso firmado pelo GDF.

Somos todos Homer Simpson?



Uma polêmica a respeito do critério de escolha das notícias que serão veiculadas no Jornal Nacional expôs como nunca a forma como a imprensa se guia por interesses que nem sempre levam em conta a importância da informação. **Páginas 4 e 5**

Editorial

Para aqueles que acreditam

Este é o último Quadro Negro de 2005 e queremos aqui resgatar um pouco do que fizemos neste ano que se encerra. Em março realizamos uma greve de oito dias, a 18ª de nossa história. Foi uma greve curta, se comparada com a maioria das outras, e o resultado estamos concretizando neste momento. Conquistamos o nosso plano de saúde – uma conquista dos professores, estendida a todos os servidores do GDF. Com certeza o plano necessitará de aprimoramento, o que faremos em nossas próximas campanhas. Melhoramos nosso plano de carreira, com o retorno, a partir de abril de 2006, da progressão anual e dos 25 padrões, recuperando em parte o achatamento da tabela salarial imposto pelo governo em 2003. Como resultado da greve deste ano, garantimos ainda o retorno do processo de remoção e re manejo, do direito de lotação nas cidades, conquistas ameaçadas pela ex-secretária de educação; e iniciamos com o governo as discussões sobre o programa de moradia para a categoria e demais servidores. Se é verdade que pouca coisa aconteceu de concreto com relação

ao programa de moradia, também é verdadeiro que o simples fato de colocarmos essa importante questão na pauta do GDF já foi um avanço. Da mesma forma que o plano de saúde deverá ser aprimorado, o programa de moradia continuará como um dos principais pontos de nossa agenda nos próximos períodos.

2005 também foi um ano importante em outras áreas de atuação do sindicato. Nosso programa de formação de novos dirigentes formou, em parceria com a escola de formação da CUT, aproximadamente 120 delegados sindicais, companheiros que com certeza melhor desempenharão o trabalho de organizar a categoria nas escolas. Este importante programa continuará durante o próximo ano, juntamente como o programa de formação continuada dos professores que buscaremos realizar em parceria com instituições de ensino superior. Realizamos com enorme sucesso o primeiro encontro de mulheres educadoras, sucesso que se repetiu no primeiro encontro de ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no DF. Realizamos diversos saraus e criamos o “Sinpro nas Praças” para levar um pouco de cultura e lazer para a juventude. Compramos uma nova sede para o sindicato e vamos nos próximos meses equi-

pá-la para melhor atender à categoria. Buscamos também apoiar os projetos desenvolvidos pelos professores nas escolas, já que o governo local não dá apoio nenhum.

Não poderíamos deixar de registrar também que este ano de 2005 foi de profunda crise política em nosso país e nessa crise procuramos, como educadores, militantes políticos e dirigentes, contribuir com nossa opinião para o melhor entendimento de suas raízes e consequências, buscando analisá-la além dos limites estabelecidos pela grande mídia, que pelo que podemos ver pela matéria das páginas centrais não se guia pelo interesse público e sim pelos interesses escusos de uma elite mesquinha que insiste em tratar as riquezas deste país e o seu povo como se ainda estivéssemos no tempo das capitânicas hereditárias. Sem querer esconder nada, deixamos claro que temos um lado – o outro lado!

No mais, desejamos um 2006 ainda mais pleno de conquistas. Fica a certeza de que valeu a pena acreditar.

Antônio Lisboa
Coordenador de Imprensa e Divulgação do Sinpro



Ampla sede abrigará o Sinpro no próximo ano

Artigo

Ano-novo, casa nova

Há 26 anos o Sindicato dos Professores no DF funciona no Edifício do Professor, no Setor Comercial Sul. Este local abrigou a categoria em situações memoráveis, desde a criação da entidade até sua consolidação como um dos mais importantes e respeitados sindicatos do Brasil. O Edifício do Professor será sempre uma referência para os professores, a expressão física e patrimonial do que ali foi construído pela organização e mobilização da categoria. Faz parte da nossa história em defesa da democracia, da liberdade e da luta por melhores condições de trabalho e vida digna para todos.

Mas o tempo passou, a categoria cresceu e hoje a nossa sede não dá as condições ideais para um atendimento com a comodidade e a dignidade que os professores merecem. Sem contar a dificuldade de estacionamento no Setor Comercial, a estrutura física do prédio está comprometida e seria necessária uma grande reforma para deixá-lo seguro. Comparados os preços de uma reforma e de

uma compra de outro edifício, mais amplo e confortável, após uma série de avaliações e pareceres técnicos dos órgãos públicos responsáveis e de profissionais da área, a Diretoria Colegiada do Sinpro avaliou que seria mais vantajoso para a categoria adquirir uma nova sede. Criou-se assim uma comissão para encaminhar essa compra.

Após vários meses de trabalho, entre a procura de um espaço e a concretização do negócio, foi adquirido um prédio com o terreno localizado nos lotes 2260/2270 da quadra 6, do Setor de Indústrias Gráficas Sul, medindo cada um dos lotes 10 m pelos lados norte e sul e 100 m pelos lados leste e oeste, perfazendo a área total de 2.000 m², com área construída de 1.336,12 m², conforme carta de habite-se expedida pela Região Administrativa do Distrito Federal nº 015/99, averbada na matrícula do imóvel em 01/06/99, que por sua vez está matriculado sob número 118.768, no cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília. Vale ressaltar que em nosso en-

dereço ficaremos muito próximos do Palácio do Buriti, da nova sede da Câmara Legislativa, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O preço do imóvel ajustado e irrealizável é de R\$ 1.900.000,00, dos quais foram pagos R\$ 190 mil de entrada e o restante, R\$ 1.710.000,00 até o dia 30 de dezembro de 2005. A entrada foi paga com recursos próprios e para quitar o imóvel foi feito um empréstimo junto ao Banco de Brasília, que será pago em 24 parcelas.

No mês de janeiro faremos as adaptações necessárias para adequar o edifício ao melhor atendimento e conforto que a categoria merece e em fevereiro mudaremos para a nova sede.

Maria Augusta Ribeiro
Coordenadora da Secretaria de Administração

Adalberto Duarte de Oliveira
Coordenador da Secretaria de Finanças



Alunos de Brazlândia participaram com muita animação da marcha Zumbi +10



Artigo

GDF acelera o comércio do ensino

Os sinais indicam que o Ensino Público no Distrito Federal não vai bem. Alguns estão claros, visíveis; outros não aparecem aos olhos da maioria, mas seus efeitos poderão perdurar por muito tempo, com enormes prejuízos a todos nós.

A mídia faz a sua parte, noticia, faz a sociedade saber que nosso ensino público está um caos e alimenta a ideia de a Educação Pública não valer a pena, uma velha manifestação dos ricos e da classe média em favor do ensino privado.

Escolas destruídas e crianças e jovens mal atendidos são a pauta da mídia local que se repete ano a ano, mas contribuem para o desprezo cada vez maior do ensino público. Uma campanha que se confunde com a política pública adotada pelo governo local: de precarização e de ajuda velada ao comércio de ensino.

Os sinais que não aparecem, que a mídia não quer noticiar, são inúmeros, são graves e se revestem de uma intenção criminosa de quem está no poder público com condições de negar direitos, de não criar condições para superar dificuldades.

Nesse meio confuso e criminoso está a Educação de Jovens e Adultos, como parte de uma política públi-

ca danosa, ao mesmo tempo benéfica aos que enriquecem com as dificuldades alheias.

O governo local, num gesto típico de lesa-pátria, retirou 100 milhões do setor público de Educação para aplicar na publicidade oficial para, sem a menor cerimônia, divulgar "as grandes transformações" que estão ocorrendo no Distrito Federal.

Feito isso, faz parecer que não há carência no setor de Educação, no entanto, dados oficiais, divulgados pela Codeplan, apontam para mais de 80 mil analfabetos no Distrito Federal. Assim fica demonstrado que a política atual descumpra a lei, desrespeita o cidadão e prova, mais uma vez, ter o governo atual definido o rumo de sua política para beneficiar o setor privado.

Centralizar o atendimento, negar matrículas e criar programas ineficazes para atendimento de Jovens e Adultos têm sido as medidas constantes da Secretaria de Educação. Com desculpas de inexistência de demanda, a Secretaria apenas tenta esconder o que todos percebem: está em curso a privatização do ensino no DF. Uma privatização silenciosa e prejudicial a todos sem discussão alguma. Prova disso é a ne-

gativa da Secretaria em aceitar que os movimentos populares alfabetizem adultos, usando os espaços físicos das escolas públicas.

Protegida pela inércia social, a Secretaria faz valer o que nenhum país do mundo teve a coragem de adotar: entregar ao mercado o seu ensino básico. Alguns que se viram pressionados pela OMC, com anuência de seus governantes, foram impedidos pela população, a chamada sociedade civil foi à rua e impediu a comercialização do ensino, por entender que Educação é um direito, não um produto a ser posto à venda em qualquer esquina. A França nos deu o melhor exemplo.

Aqui, ao contrário, a cada dia tem o comércio de ensino, sem controle algum. O que parece impossível, aqui acontece, com o silêncio do poder público: seja o poder Executivo, o Legislativo e até mesmo o Judiciário.

Se temos no Distrito Federal mais de 700 mil pessoas para serem atendidas na modalidade de ensino EJA e a Secretaria não considera como demanda de política pública, faz sentido o crescimento acelerado do comércio de ensino

Nelson Sobrinho
Diretor do SINPRO/DF

Cartas e e-mails

Poesia e Crônicas

Agradecemos o envio das poesias "Vermelho, Sim!", de autoria de Abimael Nunes de Carvalho e "Pipa da Educação", da professoras e educandas Socorro Estrela e Maria Alves; bem como as crônicas "Palavras de Gratidão", da professora Maria do Carmo, do CEE01-PSul; "S.O.S.", de Raquel Majela Lemos e "Façanha Desintelectual", da Professora Ana Maria dos Reis.

Infelizmente, lamentamos não podermos publicá-las por falta de espaço. Agradecemos o envio e solicitamos que continuem nos enviando seus trabalhos e opiniões.

Zumbi +10

Senhores diretores,

Agradecemos pelo ônibus que o Sindicato dos Professores nos ofereceu para que pudessemos participar da "Marcha Zumbi + 10".

Nós vimos muitas pessoas com penteados e roupas diferentes, grupos de capoeira, danças africanas, grupos e congada...brincamos no gramado, ganhamos balões, fomos muito fotografados por causa dos nossos cartazes. Gritamos com os manifestantes: "Igualdade, sim! Racismo, não!".

Foi um dia maravilhoso!

Alunos do Centro de Ensino Fundamento Vendinha, Brazlândia.

Endereços para correspondência:

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF. A/C da Secretaria de Imprensa. Fax: 218-5631
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
Andreia Cristina Souza
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa A. Vale
Berenice Darc Jacinto
Carlos Antoneto de S. Lima
César Santos Ferreira
Cláudia de Oliveira Bullos
Cláudia M. Amaral de Souza
Cleber Ribeiro Soares
Denilson Bento da Costa
Francisco F. Fernandes
Francisco Barbosa

Francisco Joaquim Alves
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Ilson Veloso Bernardo
Isabel Portuêz de S. Felipe
Izack Antônio de Oliveira
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto
José Raimundo S. Oliveira
Lânia Maria Alves Pinheiro
Márcia Gilda Moreira
Marco Aurélio G. Rodrigues
Maria Augusta Ribeiro

Maria Bernadete D. da Silva
Maria José Correia Muniz
Misael dos Santos Barreto
Nazira Clotilde da Silva
Nelson Moreira Sobrinho
Raimundo Nonato Menezes
Rejane Guimarães Pitanga
Robson de Paiva Salazar
Rodrigo Pereira de Paula
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

Sinpro-DF: sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF
Tel.: 218-5601 / Fax: 218-5607 (Organização), 218-5631 (Imprensa), 218-5619 (Jurídico)
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. Telfax: 562-4856 e 562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. Telfax: 556-9105
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valesca
Jornalistas: Afonso Souza e Junia Lara
Fotografia: Welber Souza - **Diagramação:** Wellington Braga
Impressão: Gráfica Plano Piloto - **Tiragem:** 32.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte

A política econômica adotada pelo governo federal é o melhor caminho para o país?

SIM

Crescimento Social

Carlito Meres*

Antes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumir o Palácio do Planalto, a preocupação de muitos analistas políticos e econômicos de plantão era com a possibilidade de agravamento da complicada situação macroeconômica do País. O governo de centro-esquerda não teria condições, segundo eles, de se posicionar frente às turbulências do mercado interno e externo. A aposta no caos não deu certo.

Todos os mais recentes índices indicam uma estabilidade, com crescimento sustentável, sem inflação galopante e com superávit primário capaz de garantir consistência macroeconômica ao ponto de não ser mais necessário renovar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Bem, agora o assunto é a política social. Querem criticar o atual governo porque não se investe, segundo eles, nessa área fundamental para o desenvolvimento da cidadania. Sem a justiça social, obviamente, não haverá uma nação sólida e preparada para assumir uma postura soberana perante outros países e blocos econômicos.

Sem as afetações comuns a uma oposição indisposta a engolir resultados tão positivos na área econômica, fico com a palavra do presidente Lula no que diz respeito ao so-

cial: "Em meu governo, a política social deixou de ser apenas condimento e passou a ser prato principal". Estou confiante em que, a partir do ano que vem, haverá um salto de qualidade, solidificando os programas em execução, com investimentos orçamentários superiores em educação e saúde, por exemplo. O presidente já anunciou também que o Ministério do Desenvolvimento Social terá R\$ 22 bilhões disponíveis em 2006.

O "Bolsa-Família" já atende 8,5 milhões de famílias, num total de 40 milhões de pessoas de todos os municípios do Brasil. É o maior programa de transferência de renda da história deste País. Serve de exemplo para outros países, inclusive. As desigualdades sociais no Brasil estão diminuindo. Quem aponta esse contexto é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de dados auferidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad). O relatório da IBGE atesta que "o Brasil está avançando no campo dos direitos sociais, reduzindo a pobreza e combatendo com eficiência as desigualdades em todos os níveis". Para se ter

uma idéia, a participação na renda dos 50% mais pobres, no período entre 2002 e 2004, passou de 14,4% para 15,2% da renda total. Já os 5% mais ricos da população tiveram redução de 33,8% para 32,5% da renda total, no mesmo período.

Quando ao orçamento da União, em debate no Congresso, do qual sou o relator geral, não condiz com a verdade informar que há dotações inferiores para os programas sociais. Para a saúde, por exemplo, incluindo-se os gastos com pessoal, estão orçados R\$ 41 bilhões e 100 milhões — um au-

O "Bolsa-Família" é o maior programa de transferência de renda da história

mento nominal de R\$ 4,3 bilhões em relação ao que está previsto para ser aplicado neste ano. Em educação, o governo pretende investir mais também. Estão previstos para 2006 R\$ 8,01 bilhões, superior, sendo assim, aos R\$ 7,16 bilhões deste ano. No saneamento, com crescimento de 27% em relação a 2005, serão aplicados R\$ 906 milhões de recursos orçamentários o que, com recursos do FGTS e FAT, atinge o montante de R\$ 6,2 bilhões neste governo, 14 vezes mais do que o investido no último mandato de FHC. No programa de habitação de interes-

se social, está estimado um total R\$ 561,3 milhões, reduzindo o déficit em 1,8%. Já o Fundo de Garantia disponibiliza para esse setor R\$ 1,2 bilhões. Deve-se somar ainda os valores de emendas individuais, de bancadas, regionais e de comissão.

Mas, sem dúvida, a geração de empregos é uma das metas sociais mais importantes alcançada pelo atual governo. Em trinta e sete meses, foram gerados 3,7 milhões de empregos com carteira assinada. Em quatro anos do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso surgiram apenas 400 mil novos postos de trabalho.

Portanto, o resultado do governo Lula é doze vezes melhor do que o governo anterior. Não só há mais empregos, como também o poder de compra dos salários é maior. Este ano o salário mínimo teve um reajuste de 15% contra uma inflação de 5%. O aumento da oferta de empregos é mais do que um elemento econômico que comprova o acerto do governo Lula, pois indica a inclusão e a estabilidade social. Aliás, fatos fundamentais para a garantia da repartição da riqueza e do acesso à bens de consumo e aos di-

reitos sociais inalienáveis, como habitação, educação, lazer ou saúde.

Essa situação de desenvolvimento econômico e social não é apenas o reflexo do crescimento permanente e sustentável, pois espelha o acerto de políticas sociais e econômicas dirigidas à diversificação produtiva e ao incremento do crédito e da competitividade. O gover-

no tem enfrentado com determinação a irresponsabilidade econômica herdada, especialmente a avalanche do endividamento público. Poderia utilizar o recurso fácil de enviar a fatura da dívida para as gerações futuras, ampliando o custo social do endividamento. Mas preferiu o caminho da austeridade fiscal, do controle rigoroso das contas públicas e de uma política tributária seletiva, com desoneração para setores produtivos e aperto na fiscalização contra sonegadores. Reduzimos a vulnerabilidade externa e controlamos a inflação.

Os juros da taxa Selic sobre a dívida pública ainda são uma das dificultosas questões oriundas da política monetária desastrosa aplicada no governo anterior. A atual gestão

enfrenta esse problema com muita responsabilidade. Apesar da cautela exagerada, o processo é conduzido sem demagogia, através de uma redução progressiva e consistente. O câmbio é flutuante e definido pelo próprio mercado, sem intervenções que representariam subsídio público para setores privados. Mas essa política econômica tão criticada pelos que querem a ganância e o não cumprimento dos contratos firmados mostra, através do emprego e do crescimento sustentável, que o governo está no caminho correto. Ajustes são necessários, mas não podemos deixar de reconhecer os acertos que contribuem com a redução dívida/PIB, com o aumento das exportações (superávits comerciais recorde), com os investimentos sociais e com perspectivas diferenciadas de renda nacional e capacidade produtiva.

A crise política, que deve ser enfrentada com rigor e seriedade, não pode ignorar que o país já é outro através da estabilidade econômica e das transformações sociais. Esse contexto não pode ser desvalorizado em função dos objetivos eleitorais escusos, pelos quais se tenta minar a governabilidade e a representatividade popular do governo Lula.

Deputado Carlito Meres (PT-SC) é economista e relator geral do Orçamento para 2006

O aumento da oferta de empregos comprova o acerto do governo Lula,

O desemprego segue em patamar elevado e não há indícios de queda

NÃO

A subserviência ao capital

Ivan Pinheiro*

A crise política trouxe à tona a existência de uma estrutura de poder paralelo e corrupto, uma estrutura que já existia há muito tempo e que apenas se renovava a cada novo governo, gerada pela natureza do capitalismo, pelas disputas entre grupos econômicos e de interesse por favores e benesses do Estado burguês.

A crise é mais um reflexo da estrutura de relações entre os grupos econômicos e de interesse e o poder de Estado, nutrida pelo longo período de ditadura iniciado em 1964, usada em grande escala pelo governo FHC, mas inimaginável para um governo que se dizia popular e democrático.

A tarefa do governo Lula, agora, será reforçar mais ainda seus compromissos com a burguesia, com os ganhos do setor financeiro, com as imposições do FMI, para tentar dar alguma viabilidade ao gover-

no e garantir seu espaço nas eleições de 2006.

Para provar sua fidelidade ao neoliberalismo, o governo tentará levar a voto as reformas sindical e trabalhista, e não fará qualquer modificação de fundo na política econômica. As pressões dos movimentos sociais organizados — crescentes, em alguns setores —, o governo segue usando táticas de ilusões, como no caso dos servidores públicos, aos quais são oferecidos reajustes em gratificações precárias, ou do MST.

Para o qual é oferecido um número muito modesto de assentamentos. Para a grande massa de desempregados urbanos e de miseráveis do campo, o governo segue oferecendo medidas compensató-

rias e de efeito imediato, como a distribuição de cestas básicas e bolsas de auxílio, que têm grande apelo popular.

A queda da taxa de juros — que, se coerente com o nível medido do chamado "Risco Brasil", deveria estar no nível de 7% ou 8% — poderá ser um fator de estímulo aos investimentos, que, somado ao desempenho favorável das exportações (que se lastram em produtos agrícolas, de demanda internacional inelástica), pode levar a uma impressão de melhoria geral. A predominância dos interesses do capital financeiro internacional no apoio ao governo brasileiro, no entanto, tenderá a fazer com que a taxa de juros caia pouco e lentamente, far o governo manter o superávit fiscal

em patamar elevado — mesmo que o diminua um pouco.

A falta de planejamento econômico tende a fazer com que a estrutura produtiva do país não se altere significativamente, mesmo no que diz respeito à infra-estrutura.

O desemprego segue em patamar elevado e não há indícios de queda significativa. Os índices de crescimento do PIB anunciados têm por base a produção agrícola voltada para as exportações, e não representam, assim, uma tendência de retomada do emprego industrial.

Não se deve descartar, no entanto, a hipótese de que a burguesia internacional, para garantir a sobrevivência do governo Lula e de sua política, venha a permitir uma alteração nestas variáveis

para que algum crescimento ocorra.

Não podemos esquecer que a dívida total do país está na casa de um trilhão de reais e que cerca de 30% correspondem à dívida externa, razão pela qual o Brasil não tem recursos para investimentos, uma vez que pagar os juros e amortizações dessa dívida, conforme demonstrou o próprio governo ao antecipar o pagamento de 2007 para o FMI. Saúde, educação, segurança, habitação, emprego continuam recebendo muito menos recursos que os direcionados para o pagamento das dívidas externa e interna.

A velha ladainha de que o pagamento da dívida é necessário para captar investimentos externos não se sustenta:

em 2004 entraram no Brasil 18 bilhões de dólares, mas saíram 40 bilhões de dólares.

Enquanto a Argentina e a Venezuela, que romperam com a dependência às exigências do capital financeiro, crescem a taxas superiores a 7% ao ano, resta ao Brasil amargar menos 2,5% previstos para 2005, demonstrando que a subserviência do atual governo, travestida de política econômica, não corresponde aos anseios e necessidades da imensa maioria da nossa população, desprovida de infra-estrutura básica para sobreviver.

Em suma, a política econômica do governo Lula e apenas uma continuidade da política econômica do governo FHC e esta longe de atender as mudanças que o país precisa.

**Ivan Pinheiro
Secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**

o governo segue oferecendo medidas compensatórias

Somos todos Homer

Causou intensa polêmica no meio jornalístico o artigo do professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), Laurindo Leal Filho, publicado no dia 5 de dezembro na *Carta Capital*, em que o acadêmico relata seu espanto com a forma como é decidido o que vai sair no jornal televisivo de maior audiência do país. Ficamos sabendo, por exemplo que o telespectador médio do *Jornal Nacional* é classificado pelo seu apresentador e editor, William Bonner, como uma espécie de Homer Simpson, o chefe de família do seriado *Os Simpsons*, um cidadão alienado, preguiçoso, que não entende muito do que o cerca e que vê o jornal para passar o tempo. Assim, Bonner descarta algumas notícias com a justificativa de que “essa o Homer não vai entender”.

Será que somos todos Homer Simpson? Será que ao nível por baixo a capacidade de entendimento do brasileiro, os meios de comunicação não estão colaborando para perpetuar a falta de consciência crítica que grassa no país? A resposta de Bonner ao artigo do acadêmico se atém a dizer que não considera o Homer essa figura negativa, mas não aprofunda a questão chave: quais os critérios que são usados para definir o que será veiculado.

Um exemplo disso foi a comparação a respeito do tratamento dado a dois atos extremos, um inclusive que provocou a morte de um ecologista de 65 anos no Mato Grosso do Sul, que ateou fogo ao próprio corpo em protesto pela possibilidade de a Assembléia Legislativa do estado aprovar a construção de usinas de álcool no berço do pantanal matogrossense. Isso não mereceu mais do que uma citação rápida em um dia, com a viúva chorando e dizendo que não esperava esse ato etc. Mas, não sabemos se porque envolvia os interesses do agronegócio, não se falou mais no assunto. Já o padre franciscano que resolveu fazer greve de fome por causa do projeto de transposição do Rio São Francisco, recebeu manchetes e chamadas em vários dias. Será que é só porque questionava diretamente o presidente da República?

No dia 8 de dezembro, em artigo no site *Direto da Redação*, Eliakim Araújo, ex-âncora de telejornais da TV Globo, do SBT e da CBS Brasil, parecia dar um direcionamento para um debate em torno desse tema. “O que deve preocupar o telespectador brasileiro são os critérios como são selecionadas as matérias que vão para o telejornal”, afirmou Araújo. “Bonner, em sua resposta, limita-se a tecer considerações sobre o temperamento de seu Homer e explica que foi por amor à clareza e à objetividade que inventaram na redação o nome do personagem da série *Os Simpsons*, após a tal pesquisa realizada pela emissora. Mas ele não toca na questão editorial. Essa sim, a meu ver, a mais importante”, acrescentou.

“...a discussão sobre a personalidade de Homer Simpson é o que menos importa na polêmica. O que deve preocupar o telespectador brasileiro são os critérios como são selecionadas as matérias que vão para o telejornal. Quem conhece as entranhas do monstro, sabe que o editor-chefe do JN tem autonomia para decidir até a página cinco, como se diz popularmente. Daí em diante, a decisão vai para o diretor de jornalismo, que tem autonomia limitada até a página dez, digamos. Nos assuntos “delicados”, que envolvem interesses econômicos ou políticos da empresa, quem decide mesmo o que vai ao ar é a alta cúpula.

“De Bonner Para Homer”

Confira artigo de Laurindo Leal Filho* (copyright Carta Capital, 5/12/05)

“Perplexidade no ar. Um grupo de professores da USP está reunido em torno da mesa onde o apresentador de tevê William Bonner realiza a reunião de pauta matutina do *Jornal Nacional*, na quarta-feira, 23 de novembro.

Alguns custam a acreditar no que vêem e ouvem. A escolha dos principais assuntos a serem transmitidos para milhões de pessoas em todo o Brasil, dali a algumas horas, é feita superficialmente, quase sem discussão.

Os professores estão lá a convite da Rede Globo para conhecer um pouco do funcionamento do *Jornal Nacional* e algumas das instalações da empresa no Rio de Janeiro. São nove, de diferentes faculdades e foram convidados por terem dado palestras num curso de telejornalismo promovido pela emissora juntamente com a Escola de Comunicação e Artes da USP. Chegaram ao Rio no meio da manhã e do Santos Dumont uma van os levou ao Jardim Botânico.

A conversa com o apresentador, que é também editor-chefe do jornal, começa um pouco antes da reunião de pauta, ainda de pé numa ante-sala bem suprida de doces, salgadinhos, sucos e café. E sua primeira informação viria a se tornar referência para todas as conversas seguintes. Depois de um simpático ‘bom-dia’, Bonner informa sobre uma pesquisa realizada pela Globo que identificou o perfil do telespectador médio do *Jornal Nacional*. Constatou-se que ele tem muita dificuldade para entender notícias complexas e pouca familiaridade com siglas como BNDES, por exemplo. Na redação, foi apelidado de Homer Simpson. Trata-se do simpático mas obtuso personagem dos *Simpsons*, uma das séries estadunidenses de maior sucesso na televisão em todo o mundo. Pai da família Simpson, Homer adora ficar no sofá, comendo rosquinhas e bebendo cerveja. É preguiçoso e tem o raciocínio lento. A explicação inicial seria mais do que necessária. Daí para a frente o nome mais citado pelo editor-chefe do *Jornal Nacional* é o do senhor Simpson. “Essa o Homer não vai entender”, diz Bonner, com convicção, antes de rifar uma reportagem que, segundo ele, o telespectador brasileiro médio não compreenderia.

Mai-estar entre alguns professores. Dada a linha condutora dos trabalhos - atender ao Homer -, passa-se à reunião para discutir a pauta do dia. Na cabeceira, o editor-chefe; nas laterais, alguns jornalistas responsáveis por determinadas editoriais e pela produção do jornal; e na tela instalada numa das paredes, imagens das redações de Nova York, Brasília, São Paulo e Belo Horizonte, com os seus representantes. Outras cidades também suprem o JN de notícias (Pequim, Porto Alegre, Roma), mas elas não entram, nessa conversa eletrônica. E, num círculo maior, ainda ao redor da mesa, os professores convidados. É a teleconferência diária, acompanhada de perto pelos visitantes. Todos recebem, por escrito, uma breve descrição dos temas oferecidos pelas “praças” (cidades onde se produzem reportagens para o jornal) que são analisados pelo editor-chefe. Esse resumo é transmitido logo cedo para o Rio e depois, na reunião, cada editor tenta explicar e defender as ofertas, mas eles não vão muito além do que está no papel. Ninguém contraria o chefe.

A primeira reportagem oferecida pela “praça” de Nova York trata da venda de óleo para calefação a baixo custo feita por uma

empresa de petróleo da Venezuela para famílias pobres do estado de Massachusetts. O resumo da “oferta” jornalística informa que a empresa venezuelana, que tem 14 mil postos de gasolina nos Estados Unidos, separou 45 milhões de litros de combustível para serem ‘vendidos em parceria’ com ONGs locais a preços 40% mais baixos do que os praticados no mercado americano”. Uma notícia de impacto social e político.

O editor-chefe do *Jornal Nacional* apenas pergunta se os jornalistas têm a posição do governo dos Estados Unidos antes de, rapidamente, dizer que considera a notícia imprópria para o jornal. E segue em frente.

Na sequência, entre uma imitação do presidente Lula e da fala de um argentino, passa a defender com grande empolgação uma matéria oferecida pela “praça” de Belo Horizonte. Em Contagem, um juiz estava determinando a soltura de presos por falta de condições carcerárias. A argumentação do editor-chefe é sobre o perigo de criminosos voltarem às ruas. “Esse juiz é um louco”, chega a dizer, indignado. Nenhuma palavra sobre os motivos que levaram o magistrado a tomar essa medida e, muito menos, sobre a situação dos presos no Brasil. A defesa da matéria é em cima do medo, sentimento que se espalha pelo País e rende preciosos pontos de audiência.

Sobre a greve dos peritos do INSS, que completava um mês - matéria oferecida por São Paulo, o comentário gira em torno dos prejuízos causados ao órgão. “Quanto seguros já poderiam ter voltado ao trabalho e, sem pericia, continuam onerando o INSS”, ouve-se. E sobre os grevistas? Nada.

De Brasília é oferecida uma reportagem sobre “a importância do superavit fiscal para reduzir a dívida pública”. Um dos visitantes, o professor Gilson Schwartz, observou como a argumentação da proponente obedecia aos cânones econômicos ortodoxos e ressaltou a falta de visões alternativas no noticiário global.

Encerrada a reunião segue-se um tour pelas áreas técnica e jornalística, com a inevitável parada em torno da bancada onde o editor-chefe senta-se diariamente ao lado da esposa para falar ao Brasil. A visita inclui a passagem diante da tela do computador em que os índices de audiência chegam em tempo real. Líder eterna, a Globo pela manhã é assediada pelo Chaves mexicano, transmitido pelo SBT. Pelo menos é o que dizem os números do Ibope.

E no almoço, antes da sobremesa, chega o espelho do *Jornal Nacional* daquela noite (no jargão, espelho é a previsão das reportagens a serem transmitidas, relacionadas pela ordem de entrada e com a respectiva duração). Nenhuma grande novidade. A matéria dos presos libertados pelo juiz de Contagem abrirá o jornal. E o óleo barato do chavez venezuelano foi para o limbo.

Diante de saborosas tortas e antes de seguirem para o Projac - o centro de produções de novelas, seriados e programas de auditório da Globo em Jacarepaguá - os professores continuam ouvindo inúmeras referências ao Homer. A mesa é comprida e em torno dela notam-se alguns olhares constrangidos.

*Sociólogo e jornalista, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP.



Leia a resposta de William Bonner

Bonner redigiu a manifestação reproduzida abaixo. Ao responder o pedido do Observatório para que autorizasse a publicação do texto, Bonner comentou: “Sinto-me numa situação kafkiana. Meu discurso e minha atitude em defesa de nossa responsabilidade social viraram armas contra mim. Ou contra o que represento. Ou contra a empresa que dispõe de minha força de trabalho. Sei lá a que atribuir isso”.

No dia 23 de novembro, retribuímos, no JN, a visita de professores universitários. Eles assistiram a uma reunião matinal, em que se esboça uma previsão da edição daquele dia. E me ouviram fazer algumas considerações sobre nosso trabalho.

Em palestras que ministro a estudantes que nos visitam todas as semanas, faço o mesmo. Nestas ocasiões, sempre abordo, por exemplo, a necessidade de sermos rigorosamente claros no que escrevemos para o público. Brasileiros de todos os

níveis sociais, dos mais diferentes graus de escolaridade.

E o didatismo que buscamos para o público de menor escolaridade não deve abarrecer os que estudaram mais. Neste desafio, como exemplo do que seria o público médio nessa gama imensa, às vezes cito o personagem Líneu, de *A Grande Família*. Às vezes, Homer, de *Os Simpsons*. Nos dois casos, refiro-me a pais de família, trabalhadores, protetores, conservadores, sem curso superior, que assistem à TV depois da jornada de trabalho. No fim do dia, cansados, querem se informar sobre os fatos mais relevantes do dia de maneira clara e objetiva. Este é o Homer de que falo.

Mas o professor Laurindo tem uma visão diferente de Homer. Em vez do trabalhador (numa usina nuclear), o acadêmico o vê como um preguiçoso. Em vez do chefe de família, o professor Laurindo o vê como um comedor de biscoitos. Esta imagem não é a que tenho - não é a disponível,

Homer Simpsons?



posta
Bonner

num texto bem-humorado, no site oficial da série Os Simpsons, que faz graça do personagem, mas registra que Homer é "um marido devotado e que, apesar de poucas fraquezas, ama a sua família e é capaz de tudo para provar isso, mesmo que isso signifique se fazer passar por tolo". Não sei para quantos professores e estudantes citei Homer, ou Lineu, como exemplo. Mas jamais tive informação de que alguém guardasse imagem tão preconceituosa, tão negativa do personagem do desenho. Como profissional, como defensor da nossa imensa responsabilidade social, sinto-me profundamente envergonhado de me ver na obrigação de explicar isso. Como trabalhador, pai de família protetor, meio Lineu, meio Homer, reconheço humildemente meu fracasso no desafio de ser claro e objetivo para todos os meus interlocutores daquela manhã.

(*) Jornalista, editor-chefe do Jornal Nacional

Os vendilhões da imprensa

Algumas questões nos são colocadas nos dias de hoje a todo instante. Uma delas: faz-se mídia, média ou mero comércio de notícias, de "verdades"? Uma outra questão alude a certo maquiavelismo tão presente na imprensa e faz, de modo burlesco, um trocadilho semântico que nos sugere, dentre outras coisas, que não se pode confundir, no "latínório", o plural de mídia com uma mídia plural: os fins justificariam os "mídia"?

Faz-se necessário e premente buscarmos alguma resposta a essas e outras perguntas se o que se pretende é fazer um jornalismo honesto, o mais próximo possível da ética, do "igualitarismo" (aqui empregado no sentido de se dar tratamento e espaço igual às partes e às ideias) e da verdade. Mas o que seria essa tal verdade? Seria algo que nos (des)orientaria ao sabor dos ventos dos interesses de grupos – tal qual uma birluta de campo de pouso. Essa última pergunta (o que vem a ser a verdade?), por ser demasiado complexa, deixemos ao encargo dos filósofos e pensadores responderem.

Um amigo jornalista ensinou-me certa vez que, em se tratando de jornalismo, existem dois tipos de matéria: a matéria paga e a matéria paga (não, caro revisor, não se trata de repetição indevida; é para manter, assim como está, na edição final). Ou seja, existe a matéria paga em número mesmo, em espécie, na boca do caixa, e, claro, sem fatura ou qualquer tipo de registro

ou escrituração, e a matéria paga com subjetivas trocas de favores e interesses, com a balança, com o compadrio etc. Lógico que esse meu amigo foi demasiado ácido em sua análise. A coisa não funciona exatamente assim – ou, pelo menos, não é sempre assim. Mas alguns episódios que vieram à tona há alguns meses no noticiário dão, sem dúvida, mais força a análises mais ácidas e cínicas como essa desse meu prezado amigo. Senão vejamos.

Certamente você já não se lembra mais, mas no bojo das investigações da Receita e do Ministério Público que tiveram como foco as atividades comerciais da cervejaria Schincariol, descobriu-se, por acaso (como aquele pescador que atira a rede para pegar peixe e junto, de arrastão, vem um ou outro camarão ou lagosta), em certos trechos das escutas telefônicas, conversas de um publicitário oferecendo a um diretor da cervejaria matéria de capa em uma certa revista de circulação nacional pela bagatela de 1 milhão de reais. Assim, graças ao acaso, ficamos sabendo todos (os que ainda não sabiam, claro), por vias tortas, que se pode perfeitamente comprar uma matéria ou artigo de fundo na grande imprensa com um bom punhado de reais ou dólares. Quanto custa a notícia? Quanto vale a verdade? A verdade, cujo conceito anteriormente delegamos aos filósofos, pode ser, digamos, "encomendada" ou "apregada". Fazemos mídia ou fazemos média? Ou negociamos fatos & notícias, secos & molhados? Alguns, por su-

posto, fazem negócios – escusos. Seriam esses os vendilhões do templo, digo, da mídia?

Também na CPI (ou CPMI) dos Correios, entre inúmeras denúncias no atacado, contradições, (in)verdades, parlamentares canhestros posando para os holofotes da mídia, parlamentares ciosos do seu dever cívico de buscar a verdade (de novo a verdade, sempre ela) dos fatos e outras figuras mais, digamos, folclóricas, descobriu-se que jornalistas pagam a arapongas para forjar/conseguir-lhes furos jornalísticos. Ou seja, a mesma "Gestapo" que, incrustada na República, oferece seus serviços sujos de espionagem a empresários e políticos, também serve a jornalistas. Alguns desses "arapongas" declararam em depoimento à CPMI por mais incrível que isso possa lhes parecer, fazer "jornalismo investigativo". Parece não haver limites para a cara-de-pau de alguns meliantes. Parece não haver limites para esse tal "jornalismo investigativo"!

Desnecessário, pois polenístico, lembrar aqui o parcialismo e partidarismo do jornalismo praticado por veículos como o jornal Folha de S.Paulo, "Estado" e a revista Veja, assunto já abordado, reiteradas vezes, em muitos dos meus textos.

O saudoso Aloísio Biondi já nos ensinava que alguns jornalistas, quando começavam a conviver mais amígdade com certas castas da socie-

dade, alojando em restaurantes caros, hospedando-se em hotéis de luxo e viajando de primeira classe, começavam, numa estranha simbiose, a pensar e a comportar-se como os indivíduos dessa mesma classe social. E, assim, sem perceberem, tornavam-se verdadeiros sabujos das elites. É só dar uma olhada em alguns jornalistas seniores de certos veículos da grande imprensa para constatar esse curioso mimetismo.

Enfim, a devassa que "arapongas", investigadores, promotores e jornalistas têm feito nos intestinos malcheirosos da República, além de revelar a devastação e podridão das nossas elites, tem trazido, à luz dos holofotes, também a devastação e podridão de certo tipo de jornalismo, muito praticado hoje em dia, posto que é hegemônico nas redações e, principalmente, no departamento comercial dos grandes veículos de comunicação. Um jornalismo que atende prioritariamente a interesses privados (partidários, empresariais, "de mercado", "de classe" etc.) em detrimento do interesse público. Parece que Biondi estava mesmo correto em sua acurada observação: o aburguesamento mimético por que passam os jornalistas lhes tem sido deveras deletério. Mas mais deletério, pode estar certo disso, terá sido ao jornalismo. E ao país.

Lula Miranda
Publicado no Boletim Carta
Maior

JN: o fast-food da notícia

Jean Carlos Corrêa (*)

Artigo publicado na revista *Carta Capital* confirmou desconfiança antiga. A elaboração do jornal televisivo de maior audiência do Brasil é baseada na certeza, revelada pelo editor-chefe e apresentador do telejornal, de que boa parte dos telespectadores brasileiros é constituída de réplicas do Homer, o impagável chefe da família Simpson, do seriado norte-americano. Ou seja, cidadãos de fraco entendimento, preguiçosos e chegado a rosquinhas acompanhadas de cerveja acomodados em seus sofás.

A bem da verdade, guardo algumas semelhanças com o Homer - a barriga saliente e o gosto por uma boa cervejinha, fora o fato de que se esparrahar no sofá diante de uma TV é uma das melhores coisas da nossa estafante e ridícula existência. Mas levo alguma vantagem sobre o pai de Bart e Lisa por ter a capacidade de perceber que o *Jornal Nacional* - e seus similares em outras emissoras - há um bom tempo vêm oferecendo o que chamo de jornalismo fast-food (comida bem ao gosto do rotundo Homer) aos seus telespectadores (e não vou nem recordar o histórico do telejornal, os debates entre presidentes etc.).

Fast-food é a maneira que considero mais adequada para fazer referência a uma forma de jornalismo institucionalizada na TV brasileira. Trata-se do tipo de notícia/reportagem veiculada de forma tão rápida que deixa o pobre do

espectador/leitor cheio de perguntas e perplexidade. Dia desses, era noticiado o bárbaro assassinato de uma garotinha de quatro anos pelo padre, mencionado como advogado e pastor de uma igreja evangélica. Nenhuma palavra sobre a motivação do crime, como ele fora descoberto, nem ao menos um daqueles alertas, tão ao gosto da imprensa brasileira, sobre a violência contra crianças e adolescentes - aliás, um problema mais grave do que muitos supõem. À procura de mais informações, confirmei que o assassino confessou não era pastor, mas obreiro da tal igreja - um erro, como tantos que ocorrem nas notícias veiculadas às pressas.

Na hora do jantar

Quem tem 30 anos ou mais deve se recordar de que, outrora, os telejornais citavam os nomes dos mortos em acidentes e tragédias (inclusive essas listas eram exibidas na tela, embora rapidamente). Hoje, essas pessoas - pais, mães, filhos - são reduzidas a estatísticas, sem rosto nem história, supunho que em nome da tão proclamada objetividade jornalística. O motorista do caminhão que morreu em acidente não tem nome, sabe-se apenas que ele teria sido o responsável pelo engavetamento que matou cinco pessoas da mesma família - cujos nomes nos são desconhecidos. Com os quais não nos compadecemos, porque não nos identificamos com números, mas com nomes. Como não poderia deixar de ser, o fast-food da notícia é carregado de boas intenções e moralidade.

Autoridades são estimuladas a dar opinião a respeito da execução dos traficantes que incendiaram um ônibus, matando cinco pessoas - inclusive uma bebê de um ano. Ouvimos frases indignadas sobre a hediondez do fato, respostas prontas de autoridades que não se arriscariam a dar opinião contrária ao que se espera delas. O sensato repórter é incapaz de fazer o mesmo questionamento às pessoas que sobreviveram ao inferno ou tiveram parentes mortos no ônibus - Corre-se o risco e ouvir um "bem feito" ou "tiveram o que mereceram", frases que poderiam ser encaradas com naturalidade, enquanto desabafo de quem não crê mais na segurança pública oferecida pelo Estado aos cidadãos.

O jornalismo rápido, tal qual o lanche com gosto de isopor, engorda seus intestinos, deixando-o com o perfil de Homer, enquanto esvazia sua capacidade de reflexão, inclusive em questões que transcendem o senso comum sobre bem, mal e moralidade. Justamente na hora do jantar, quando as refeições deveriam ser mais substanciais, somos paradoxalmente alimentados com o fast-food da notícia, julgados que somos - a maioria de nós - pais de família tapados e sem direito a informações que nos motivem a levantar a bunda gorda do sofá para mudar alguma coisa.

* **Jornalista provisionado e estudante de Comunicação Social, Juazeiro, BA (publicado originalmente no site www.observadoriainpressas.org.br**

A lógica da edição

Marcelo Salles*

Analisar com atenção o artigo publicado pelo professor Laurindo Leal Filho na revista *Carta Capital* e a resposta de William Bonner veiculada pela página do *Observatório da Imprensa* não é apenas importante, mas fundamental para a compreensão de como se dá a manipulação da informação no *Jornal Nacional*.

O professor da Escola de Comunicações e Artes da USP relata sua visita, com outros nove colegas, aos estúdios da Rede Globo, onde acompanharam a reunião de pauta do telejornal. Entre os elementos presentes no artigo de Laurindo Leal Filho, destacam-se três: o poder incontestável de Bonner sobre os demais funcionários, a comparação do telespectador médio brasileiro com Homer Simpson e o critério de seleção de notícias usado pelo *Jornal Nacional*.

O fato é que pautas importantes têm sido sistematicamente abandonadas pelo *Jornal Nacional*, sempre com o argumento de que o telespectador médio não as entenderia, mesmo que preencham todos os critérios necessários de relevância jornalística (proximidade, notoriedade etc.).

Sobre a Venezuela, quem acompanha o telejornal observa que apenas notícias negativas são veiculadas sobre o país. Fatos como a presença de médicos cubanos nos bairros pobres de Caracas melhorando a qualidade de vida da população local ou a recente erradicação do analfabetismo na Venezuela são apenas dois exemplos de notícias positivas omitidas pelo *Jornal Nacional*.

Se houver dúvida

Esse olhar sobre o país vizinho, no entanto, não chega a surpreender. Bonner já havia manifestado sua preocupação com a Venezuela a uma turma de estudantes de Jornalismo da

Universidade Federal Fluminense (UFF), em meados deste ano. "Acompanhamos com apreensão a compra de armas e a aproximação de Chávez com Fidel, disse na ocasião. Na mesma visita, a turma pode ouvir quando Bonner comunicou à sua equipe uma notícia que acabara de receber de Brasília: "Estão tentando manobrar para impedir a cassação do deputado André Luiz. Não podemos deixar que isso aconteça".

O poder

Pelo discurso é possível aprender muito. Bonner sabe que tem nas mãos poder suficiente para determinar a cassação de um ou outro parlamentar. Ele conhece o peso da opinião pública e sabe como usá-lo. Um dos estudantes questionou, após a reunião de pauta: "Você falou em impedir a cassação de um deputado. Como é isso?". A resposta veio respaldada por nobreza: "Nós também temos a função de denunciar quando algo está ilegal!", numa demonstração da função de juiz exercida pelo telejornal, uma vez que o caso ainda não havia sido julgado pela instância competente.

Mas William Bonner não pode responder por tudo. Como ele mesmo explicou a turma da UFF, sempre que alguma dúvida ocorre, Ali Kamel, seu superior imediato, é consultado. Se este continuar hesitante, Carlos Henrique Schroeder entra em cena. E, por último, caso este ainda não saiba como proceder, diante de uma pauta, o presidente da empresa, João Roberto Marinho, é quem decide. Bonner só não explicou a razoabilidade de um empresário - que por definição se interessa pelo lucro antes da informação - decidir sobre aquilo que vai ao ar numa emissora que opera uma concessão pública.

* **Editor do Fazendo Mídia e correspondente da revista *Carta Amigos no Rio de Janeiro*. Matéria de Lalo Leal Filho (*Carta Capital* 05/12)**

Entrevista

A graça das palavras de Rubem Alves

O mineiro Rubem Alves nasceu em Boa Esperança, no sul do estado, em 1933. Foi para o Rio de Janeiro em 1945 e, bem sucedido no estudo de teologia, iniciou sua carreira dentro da igreja Presbiteriana como pastor em sua cidade.

Casou-se em 1959 e teve três filhos, a última chamada Raquel, sua musa inspiradora na feitura de contos infantis. Em 1963 foi estudar em Nova York e retornou ao Brasil em 1964 com o título de Mestre em Teologia. Foi denunciado como subversivo em 1968 por membros da própria Igreja Presbiteriana. Abandonou a igreja, voltou para os EUA e lá tornou-se Doutor em Filosofia (Ph.D.).

De volta ao Brasil começou a dar aulas em faculdade e, em 1973, foi para a Unicamp como professor-titular de Filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Em 1979 foi nomeado professor-titular na Faculdade de Educação da Unicamp.

No início da década de 80 torna-se psicanalista pela Sociedade Paulista de Psicanálise. Em 1988, foi professor-visitante na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Posteriormente, a convite da "Rockefeller Foundation" fez residência no "Bellagio Study Center", Itália. Na literatura e na poesia encontrou a alegria que o manteve vivo nas horas más por que passou. Admirador de Adélia Prado, Guimarães Rosa, Manoel de Barros, Octávio Paz, Saramago, Nietzsche, T. S. Eliot, Camus, Santo Agostinho, Borges e Fernando Pessoa, entre outros, tornou-se autor de inúmeros livros, é colaborador em diversos jornais e revistas com crônicas de grande sucesso. Após se aposentar tornou-se proprietário de um restaurante na cidade de Campinas, onde deu vazão a seu amor pela cozinha. No local eram também ministrados cursos sobre cinema, pintura e literatura, além de contar com música ao vivo. É membro da Academia Campinense de Letras, professor-emérito da Unicamp e cidadão-honorário de Campinas, onde recebeu a medalha Carlos Gomes de contribuição à cultura.

Em entrevista exclusiva ao diretor de imprensa do Sinpro Nonato Menezes, fala de sua obra, pensamento e a importância da educação.

Quadro Negro - O senhor está num momento de grande lucidez na vida. Essa lucidez é em decorrência dos saberes ou do inevitável sofrimento que a vida sempre carrega?

Rubem Alves - Na linguagem teológica há uma palavra que muito amo: graça. Graça é quando uma coisa acontece sem que eu tenha feito qualquer coisa. Por exemplo: o talento do Nelson Freire para tocar piano nasceu com ele. Ela nada fez para tê-lo. Muitas das coisas na minha vida são pura graça. Não sei como chegaram a mim. É o caso dessa pergunta...

QN - O senhor já esteve morando fora do País e, certamente, tem condições de morar em qualquer lugar neste mundo. Por que sua opção pelo Brasil?

RA - Pelos amigos, pela mandioca frita, pelo frango com quiabo, pela delícia de poder brincar com a língua sem precisar pensar, porque aqui eu faço uma diferença, porque aqui estão meus filhos e netas... Em resumo: porque eu gosto.

QN - Suas obras parecem ser produzidas com corpo e alma e deve existir aquela que revela mais os sonhos, os desejos ou as preocupações do "humano Rubem". O senhor poderia apontá-la e dizer por quê?

RA - Ao fim de uma entrevista a entrevistadora me perguntou: Agora, numa frase: "Quem é Rubem Al-

ves?" Lembrei-me então da frase que Robert Frost escreveu como seu epítáfio: "Ele teve um caso de amor com a vida". Todos os meus sonhos são variações sobre esse tema.

QN - O fascínio pelas crianças tem sido uma marca no que o senhor escreve e diz. O senhor poderia apontar, pelo menos, cinco aspectos em que os adultos poderiam viver melhores se fizessem como as crianças?

RA - Dormir sem pensar no amanhã; curiosidade sobre tudo; brincar; não ter medo de dizer o que pensa; não dar a mínima para as convenções.

QN - O senhor defende que as crianças e os jovens não podem "bambolear ao ritmo da utilidade social". Aristóteles defendia que "na ação, os jovens preferem o belo ao útil". Ao passo que os velhos "obedecem mais ao cálculo do que à índole natural - dado que o cálculo visa o útil, e a índole, a virtude". Ao que sinto, nos seus escritos, a presença é maior do belo que do útil. É um retorno à juventude?

RA - Há uma velhice amarga e medrosa, em que o velho se sente solitário e fraco. Esse velho não há de se preocupar muito com a beleza. Preocupa-se com a aposentadoria, o reumatismo.

QN - Suas obras, até onde tenho lido, de-



"Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que a escola, ela mesma, seja um fragmento do futuro..."

monstram um profundo amor pela Filosofia. O senhor acha que a falta da Filosofia como "componente curricular" no nosso ensino básico, ajuda nas dificuldades que temos hoje?

RA - Sua pergunta revela um viés pragmático. Para mim filosofia é um brinquedo. Brincar com os pensamentos. As crianças têm um pendor natural para a filosofia. Minha filha, de cinco anos, me perguntou, ao olhar as montanhas de Campos do Jordão: "As coisas não se cansam de ser coisas?" Filosofia não é uma coisa que se impõe. Muitas das minhas histórias infantis são usadas pelas escolas como provocações para o pensamento. Se serve para alguma coisa, se tem um resultado prático, essas são perguntas que não faço.

QN - A sua defesa da "caixa de brinquedos" chega a ser intransigente e correta, diríamos, mas a "caixa das ferramentas" está "fora" da escola também, porque o que mais se ouve é que os adolescentes não sabem pensar, elaborar etc. Significa que nem uma coisa nem outra a escola está dando importância, não quer dar importância ou não tem "competên-

cia" para dar importância? A escola está sem rumo?

RA - As duas caixas são importantes. Na caixa das ferramentas estão as chaves para abrir a caixa dos brinquedos... Sem competência não sobrevive. Na caixa das ferramentas estão os meios para viver. Para brincar é preciso estar vivo...

QN - Em uma de suas crônicas, 'A Arte de Ouvir', o senhor diz que "Na escola a violência começa com estupros verbais". O senhor mostra que nós, professores, falamos, falamos, falamos. Os estudantes ouvem, ouvem, ouvem. Não é prudente incentivarmos a falar, a dizer o que sentem, o que acham? Incentivá-los ao exercício da "retórica" não é bom para a vida, para a conquista da liberdade?

RA - Sempre pensamos em nós mesmos como os mestres e as crianças como aprendizes. Não seria apropriado inverter isso. Ricardo Reis diz: "Tendo as crianças por nossas mestras e os olhos cheios de natureza..." As perguntas das crianças têm muito a nos ensinar.

QN - Posso estar enganado, mas nos seus escritos pouco o senhor se detém à "Instituição Escola", como instituição pública de estado ou privada. Percebo que, corretamente, o senhor exalta a Educação, holisticamente, falando. Mas o que o senhor tem a nos dizer sobre a Gestão escolar, o financiamento, os recursos didático pedagógicos, a formação docente, a capacitação, o currículos, enfim, o ensino como política pública, em seu conjunto, associado à idéia de qualidade?

RA - Você me pegou... Você está certo. Preciso pensar sobre as questões que você levanta.

Bibliografia:

Crônicas

As contas de vidro e o fio de nylon, Editora Ars Poética (São Paulo)
Navegando, Editora Ars Poética (São Paulo)
Teologia do cotidiano, Editora Olho D'Água (São Paulo)
A festa de Maria, Editora Papirus (Campinas)
Cenas da vida, Editora Papirus (Campinas)
Concerto para corpo e alma, Editora Papirus (Campinas)
E aí? - Cartas aos adolescentes e a seus pais, Editora Papirus (Campinas)
O quarto do mistério, Editora Papirus (Campinas)
O retorno eterno, Editora Papirus (Campinas)
Sobre o tempo e a eterna idade, Editora Papirus (Campinas)
Tempus fugit, Editora Paulus (São Paulo)

Livros Infância

A menina, a gaiola e a bicicleta, Editora Cia das Letrinhas (SP)
A boneca de pano, Edições Loyola (SP)
A loja de brinquedos, Edições Loyola (SP)
A menina e a pantera negra, Edições Loyola (SP)
A menina e o pássaro encantado, Edições Loyola (SP)
Apipa e a flor, Edições Loyola (SP)
A porquinha de rabo esticadinho, Edições Loyola (SP)
A toupeira que queria ver o cometa, Edições Loyola (SP)
Estórias de bichos, Edições Loyola (SP)
Lagartixas e dinossauros, Edições Loyola (SP)
O escorpião e a rã, Edições Loyola (SP)
O flautista mágico, Edições Loyola (SP)
O gambá que não sabia sorrir, Edições Loyola (SP)
O gato que gostava de cenouras, Edições Loyola (SP)
O país dos dedos gordos, Edições Loyola (SP)
A árvore e a aranha, Edições Paulus (SP)
A libélula e a tartaruga, Edições Paulus (SP)
A montanha encantada dos gansos selvagens, Edições Paulus (SP)
A operação de Lili, Edições Paulus (SP)
A planície e o abismo, Edições Paulus (SP)
A selva e o mar, Edições Paulus (SP)
A volta do pássaro encantado, Edições Paulus (SP)
Como nasceu a alegria, Edições Paulus (SP)
O medo da sementinha, Edições Paulus (SP)
Os Morangos, Edições Paulus (SP)
O passarinho engaiolado, Editora Papirus (Campinas)
Vuelve, Pájaro Encantado, Sansueta Ediciones SA (Madrid, España)

Filosofia da Ciência e da Educação

Alegria de ensinar, Editora Ars Poética (SP)
Conversas com quem gosta de ensinar, Editora Ars Poética (SP)
Estórias de quem gosta de ensinar, Editora Ars Poética (SP)
Filosofia da Ciência, Editora Ars Poética (SP)
Entre a ciência e a sapiência, Edições Loyola (SP)

Filosofia da Religião

O enigma da religião (Campinas, Papirus)
L' enigma della religione (Roma, Borda)
O que é religião? (S. Paulo, Brasiliense)
What is religion? (Maryknoll, Orbis)
Was ist religion? (Zurich, Pendo)
Protestantismo e Repressão (S. Paulo, Ática)
Protestantism and Repression (Maryknoll, Orbis)
Dogmatismo e Tolerância (S. Paulo, Paulinas)
O suspiro dos oprimidos (S. Paulo, Paulinas)

Biografias

Gandhi: A Magia dos gestos poéticos (S. Paulo/Campinas, Olho D'Água/Speculum)

Teologia

A Theology of Human Hope (Washington, Corpus Books)
Christianisme, optum ou liberation? (Paris, Éditions du Cerf)
Teologia della speranza umana (Brescia, Queriniana)
Da Esperança (Campinas, Papirus)
Tomorrow's child (New York, Harper & Row)
Hijos del mañana (Salamanca, Sigueme)
Il figlio dei Domani (Brescia, Queriniana)
Teologia como juego (Buenos Aires, Tierra Nueva)
Variações sobre a vida e a morte (São Paulo, Paulinas)
Creio na ressurreição do corpo (Rio de Janeiro, CEDI)
Ich glaube an die Auferstehung des Leibes (Dusseldorf, Patmos VERLAG)
I believe in the resurrection of the body (Philadelphia, Fortress Press)
Je crois en la résurrection du corps (Paris, Éditions du Cerf)
Poesia, Profecia, Magia (Rio de Janeiro, CEDI)
Der Wind blühet wo er will (Dusseldorf, Patmos)
Pai nosso (Rio de Janeiro, CEDI)
Vater Unser (Dusseldorf, Patmos)
The Poet, the Warrior, the Prophet (London, SCM Press)

Vídeos

O Símbolo
Visões do Paraíso (realizado para apresentação na ECO-92)
Conversando com quem gosta de ensinar

Dia a dia

São Sebastião: Sinpro entra com representação contra a diretora da regional

Os diretores do Sinpro Carlos Garibel e Cláudia Bullos encaminharam representação contra a diretora da regional de ensino de São Sebastião, Valéria de Araújo Pereira, por causa das nomeações irregulares de Cláudio Martins Braga e Iolanda do Carmo Maciel. O primeiro foi nomeado assistente de direção do Centro de Ensino Fundamental Nova Betânia e a segunda vice-diretora da Escola Classe Agroviária São Sebastião. O detalhe é que nenhum dos dois é servidor da Secretaria de Educação do DF.

A legislação somente autoriza investidura em tais cargos a servidores da rede pública de ensino.

Ciente da nomeação irregular, a diretora da regional destituiu os dois dos cargos, mas não foi responsabilizada pelo ato e os dois nomeados não restituíram aos cofres públicos os valores que receberam ilegalmente. Há ainda outro fato grave: Iolanda, como se disse, não é servidora da Secretaria, mas no entanto utilizava um carimbo que indicava ser ela detentora de matrícula funcional. Isso

pode ser um indicio que o carimbo tinha como objetivo não levantar suspeitas sobre o seu vínculo o que se caracterizaria um ato de má-fé incompatível com o cargo de diretor de regional.

Na representação, o Sinpro solicita que, constatada essas duas nomeações ilegais, que a promotoria proceda investigações de outras possíveis nomeações, não só em São Sebastião, mas em toda a rede de ensino. E que responsabilize os culpados judicialmente pelos prejuízos que causaram à coisa pública.

Câmara aprova passe livre estudantil

A Câmara Legislativa aprovou projeto de Lei do deputado Paulo Tadeu (PT) que garante o passe livre aos estudantes.

O projeto beneficia estudantes do ensino fundamental, médio, superior do ensino público e privado, cursinhos pré-vestibulares cadastrados pela Secretaria de Educação, além de cursos técnicos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A proposta precisa de regulamentação do Poder Executivo, que irá definir como o passe livre será utilizado - se haverá carteira ou cartão eletrônico, por exemplo.

Os estudantes serão atendidos de forma gradativa. A ideia é que o passe livre seja implementado em três anos: no primeiro ano teriam direito os alunos do ensino médio e fundamental.

De acordo com dados da Secretaria de Transportes, a implantação do passe livre no Distrito Federal custaria R\$ 15 milhões para o governo e seriam incluídos no orçamento anual, ou seja, não haverá aumento de passagem. O dinheiro é uma parcela ínfima do orçamento do Distrito Federal, estimado em R\$ 8 bilhões para 2005.

Distrito Federal é pioneiro na regulamentação dos concursos públicos

De autoria do Deputado Chico Leite (PT-DF), agora é Lei, a regulamentação dos concursos públicos. As Leis Nº 3.697/2005 e Nº 3.703/2005 dispõem de forma clara, transparente as regras que devem ser observadas pelas empresas privadas e pela própria Administração com vistas à realização de concursos públicos. Com isso, os candidatos não mais ficarão ao sabor do livre arbítrio da Administração Pública, que deve se vincular estritamente à legalidade, afastando-se de qualquer critério ou metodologia das empresas privadas ou públicas, que tornaram os concursos públicos um verdadeiro caça-níquel, sem respeitar os princípios da transparência e igualdade.

Dicas do QN

Sepultada idéia do cheque-educação

A absurda idéia de desviar recursos públicos da educação para atender às instituições privadas de ensino foi definitivamente sepultada na Câmara Legislativa. Na última terça-feira, dia 29, os deputados distritais indeferiram o recurso do Executivo para que o Projeto de Lei Complementar nº 66/03, rejeitado nas comissões de Educação e de Economia e Finanças, fosse analisado pelo plenário. Este projeto, uma das principais bandeiras do ex-presidente do Sinepe, Izalci Lucas, criava o chamado "cheque-educação" e o Fundo Distrital pelo Desenvolvimento da Educação (FDDE). O objetivo não era outro senão destinar às escolas privadas parte dos já parcos recursos para a educação no DF.

O cheque-educação chegou a ser "vendido" para a classe média como solução para os altos preços das mensalidades, para desviar a atenção do lucro abusivo das escolas. Os professores são mal pagos, sofrem assédio moral e vivem constantemente com temor da demissão e a cada dia surgem novos estabelecimentos de ensino. Não satisfeitos os donos de escolas pretendiam se beneficiar mais ainda, mas, pelo menos desta vez, não obtiveram êxito.

Governo foge de debate sobre EJA

Mesmo com o visível interesse da comunidade escolar, que lotou o auditório da Câmara Legislativa para assistir à audiência sobre os problemas enfrentados pelo ensino de jovens e adultos (EJA) no Distrito Federal, a Secretaria de Educação ignorou solenemente a discussão e não mandou nem mesmo um representante para o debate. Realizada na última sexta-feira, a audiência reuniu representantes do MEC, do Sinpro e dos movimentos populares

que trabalham com alfabetização de adultos.

A ausência da Secretaria de Educação é lamentável, principalmente neste momento em que há uma política de governo para encerrar cursos noturnos e até mesmo colégios tradicionais no ensino do EJA, como o Cesas, estão ameaçados. O governo alega baixa demanda para justificar o fechamento de turmas, mas sabemos que isso não é real, basta ver como têm proliferado as escolas privadas para esta modalidade de ensino.

Os participantes concordaram que é preciso ampliar o debate e as manifestações contrárias a essa política deliberada de acabar com o EJA no DF. Uma das sugestões apresentadas foi a possibilidade de a Câmara Legislativa aprovar um decreto legislativo bloqueando o fechamento de turmas de EJA. Os deputados presentes ficaram de estudar se haverá vício de iniciativa nesta sugestão, ou seja, se o Legislativo tem o poder de fazer uma lei dessa natureza.

Veja abaixo documento enviado pelo GDF ao Sinpro com todos os pontos da negociação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



Extrato de Negociação - 2005

Em conformidade com o acordado na reunião realizada em 14 de março de 2005, conforme anexo, foram realizadas as negociações entre a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO/DF no curso de 2005, com a implementação das seguintes medidas:

1. Retorno do pagamento do auxílio-transporte em pecúnia para os professores, realizado a partir de abril.
2. Pagamento dos atrasados referentes aos dias parados em razão das greves ocorridas entre 1999 e 2002, realizado em maio;
3. Abono, mediante reposição, dos dias parados entre 8 e 15 de março de 2005, bem como do dia 10 de novembro de 2005, garantido mediante o Decreto nº 26.398, de 25 de novembro de 2005.
4. Instituição do Programa de Incentivo à Moradia destinado aos servidores do Governo do Distrito Federal, realizado mediante o Decreto nº 26.367, de 16 de novembro de 2005.
5. Instituição do Plano de Saúde destinado aos servidores do Governo do Distrito Federal, apresentado aos representantes dos servidores em 14 de novembro de 2005, cujo Projeto de Lei está sendo encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal.
6. Implementação da 4ª e 5ª parcelas do plano de carreira de que trata a Lei nº 3.318/04, referentes a 1º de março e 1º de julho de 2006;
7. Reguste dos valores do vencimento básico em 5% (cinco por cento) a contar de 1º de março de 2006, com reflexo na parcela do plano de carreira referente a 1º de julho de 2006.
8. Reescalamento da Gratificação de Incentivo à Carreira - GIC, a contar de 1º de abril de 2006, de forma a retornar a progressão anual e permitir que o servidor da carreira Magistério alcance a última etapa da tabela com 25 anos de serviço, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Atual			Nova		
Etapas	Anos	%	Etapas	Anos	%
11ª	31	225			
	30				
10ª	29	215	25ª	25	240
	28				
9ª	27				
	26	200			
	25		24ª	24	225
8ª	24		23ª	23	220
	23	175	22ª	22	215
	22		21ª	21	200
7ª	21		20ª	20	195
	20	160	19ª	19	190
	19		18ª	18	175
6ª	18		17ª	17	170
	17	135	16ª	16	165
	16		15ª	15	150
5ª	15		14ª	14	145
	14	120	13ª	13	140
	13		12ª	12	125
4ª	12		11ª	11	120
	11	95	10ª	10	115
	10		9ª	9	100
3ª	9		8ª	8	95
	8	80	7ª	7	90
	7		6ª	6	75
2ª	6		5ª	5	70
	5	55	4ª	4	65
	4		3ª	3	50
1ª	3		2ª	2	45
	2	40	1ª	1	40
	1				

9. Retomada da discussão do Plano de Carreira em 2006 para ajuste e aperfeiçoamento do modelo, coordenada pela SGA.

Brasília, 14 de dezembro de 2005.

Cecília Landim
CECÍLIA LANDIM

Secretária de Estado de Gestão Administrativa

América Latina

EVO MORALES: um índio na Presidência da Bolívia

"A partir do próximo ano começa a nova história da Bolívia, uma história em que se busca igualdade, justiça, paz". A frase é do candidato a presidente da Bolívia Evo Morales, após divulgação pelos meios de comunicação de que as projeções eleitorais indicam a sua vitória, com a obtenção de mais de 50% dos votos.

Com o apoio de movimentos sociais, grupos indígenas e sindicatos, o candidato a presidente Evo Morales conquistou uma vitória histórica nas eleições gerais realizadas no dia 18 de dezembro.

De acordo com a rede Unitel, o candidato do MAS (Movimento ao Socialismo) conseguiu 51% dos votos, contra 30% do ex-presidente Jorge "Tuto" Quiroga, da aliança conservadora Podemos (Poder Democrático e Social).

Pouco depois do anúncio das primeiras projeções de que Morales conseguiria a maioria absoluta, Quiroga reconheceu a derrota em um pronunciamento em La Paz: "Os resultados que mostram as estimativas iniciais estão assinalando um caminho para a nossa democracia", disse o ex-presidente. "Felicitto, pública e abertamente, Evo Morales por seu resultado eleitoral."

Pouco depois do pronunciamento de Quiroga, Morales subiu em um palanque na cidade de Cochabamba para comentar os resultados da eleição, diante de milhares de simpatizantes do MAS que comemoravam a vitória do partido. Ele agradeceu aos movimentos sociais pela luta e pelo apoio que recebeu para "mudar a história" da Bolívia.



Evo Morales é entrevistado após o resultado das eleições

Nova história

De acordo com a legislação boliviana, se nenhum dos oito candidatos conseguisse 50% e mais um dos votos válidos, o Congresso escolheria o presidente entre os dois mais votados.

Se isso acontecesse, a decisão seria tomada apenas em janeiro, quando os 130 deputados e 27 senadores eleitos neste domingo assumem seus cargos.

Agora, o novo Congresso vai apenas formalizar a vitória do candidato do MAS, que deve assumir o cargo em 22 de janeiro.

Antes mesmo do anúncio das projeções sobre o resultado final, as pesquisas de boca-de-urna já indicavam que Morales conseguiria uma votação histórica – a maior de um candidato à Presidência da Bolívia desde 1982, quando o país voltou a ter um governo de civis após mais de dez anos de regime militar.

Congresso

Além da virtual eleição do novo presidente, o MAS tam-

bém deve conquistar a maioria no Congresso Nacional boliviano, apesar de não conseguir a maior bancada no Senado.

As projeções da rede Unitel indicam que o Podemos deve conseguir 13 das 27 vagas no Senado. O MAS elegeria pelo menos 12 senadores, mas poderia chegar, no máximo, a 13. Os outros partidos ficariam com apenas uma ou duas vagas.

Na Câmara dos Deputados, as projeções são de que o MAS terá 65 cadeiras, o Podemos ficará com 45 e as outras 20 vagas serão ocupadas por candidatos de outros quatro partidos.

Com isso, mesmo se não conseguisse a maioria absoluta, Evo Morales seria o favorito para vencer uma eventual disputa pela Presidência no Congresso. O MAS teria pelo menos 77 dos 157 votos, contra 58 do Podemos, e precisaria do apoio de apenas dois parlamentares de outros partidos para confirmar a vitória.

Origem Aimará

De origem aimará, Evo Morales deve se tornar o primeiro indígena eleito a assumir a Presidência da Bolívia.

Durante a campanha, o cenário político boliviano se polarizou em duas candidaturas: a de Morales, que representava os movimentos sociais, e a de Quiroga, que tinha o apoio de empresários e setores conservadores.

Evo Morales defende a nacionalização dos recursos naturais bolivianos, principalmente o petróleo e o gás natural. O líder cocaleiro espera inclusive recuperar o controle de duas refinarias do país atualmente administradas pela Petrobrás.

A empresa brasileira investiu mais de US\$ 1 bilhão na Bolívia nos últimos dez anos e gera aproximadamente 20% da arrecadação do governo boliviano.

Além disso, por meio do gasoduto que liga os dois países, a Petrobrás exporta da Bolívia para o Brasil cerca de 24 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Interesses econômicos à parte, Morales tem uma relação de amizade com o presidente Lula, a quem já descreveu como uma espécie de irmão mais velho.

Lula, por sua vez, fez comentários positivos nas últimas semanas sobre a possível eleição de Morales na Bolívia. Primeiro, disse que uma vitória do candidato do MAS seria algo "extraordinário". Depois, afirmou a eleição de um índio na Bolívia seria um "avanço".

Apesar da boa relação com Lula, Morales desperta preocupação no governo americano, que não vê com bons olhos os planos do candidato boliviano de legalizar plantações de folha de coca e a amizade do líder cocaleiro com o presidente venezuelano, Hugo Chávez.

Permutas

Nome: Jacinta de Medeiros

Disciplina: Inglês

Escola: CEF 09 Taguatinga Sul

Permuta para: P. Piloto

Telefone: 9965.3463

Nome: Graziella Paula

Disciplina: Atividades

Escola: EC 64 de Ceilândia (Antiga Escola Normal)

Permuta para: N.B./ R. Fundo I e II/Taguatinga Sul

Telefone: 3036.1289/8119.4598

Nome: Elaine Cristina Montes

Disciplina: Atividades

Escola: EC 64 de Ceilândia (Antiga Escola Normal)

Permuta para: Taguatinga ou EC Vicente Pires

Telefone: 3397.3101/9988.3103

Nome: Leonardo D. de Lima

Disciplina: Educação Física

Escola: E. Parque 303/4 Norte

Permuta para: Taguatinga

Telefone: 9965.3153

Nome: Roberta Alcione M P Azevedo

Disciplina: Geografia

Escola: ECD 01 do Cruzeiro

Permuta para: P. Piloto (Asa Sul)

Telefone: 3346.9887

Nome: Laura Cristina Silveira

Disciplina: Química

Escola: CEM 02 Ceilândia Norte

Permuta para: Taguatinga/Samambaia/Ceilândia Sul

Telefone: 3352.2344/8116.5658

Nome: Karla Varandas

Disciplina: Atividades

Escola: CEF 104 Recanto das Emas

Permuta para: P. Piloto

Telefone: 3226.4893/8409.059

Nome: Rita Helena Correa

Disciplina: Atividades

Escola: EC 03 Brazlândia

Permuta para: P. Piloto ou Sobradinho

Telefone: 9605.1760

Nome: Renata de Souza Couto

Disciplina: Atividades (jornada ampliada 40 h, regência no vespertino)

Escola: EC 407 de Samambaia Norte

Permuta para: P. Piloto (Asas Norte e Sul, Lago Sul), Cruzeiro, Guarã, N. Bandeirante

Telefone: 3351.4418/9602.9192

Obs.: Permuta também com professores de Inglês e Português

Nome: Sheila de Souza

Disciplina: Atividades

Escola: CELAN (Lago Norte)

Permuta para: P. Piloto (Asas Norte e Sul)

Telefone: 9991.9253/8453.3192

Nome: Aurea Nunes P Silva

Disciplina: Artes – 40 horas

Escola: CEF 306 Recanto das Emas

Permuta para: Guarã ou N. Bandeirante

Telefone: 3568.5796/9232.2125

Nome: Kerluce Paiva

Disciplina: Atividades – 40 horas

Escola: EC 01 Lago Sul (Próximo Gilberto Salomão)

Permuta para: Taguatinga ou Guarã

Telefone: 3345.0790/9935.0281

Obs.: Regência no matutino (com Escola Parque)

Nome: Rosilene Correa L Miranda

Disciplina: Atividades

Escola: EC 108 de Samambaia - Matutino

Permuta para: Ceil./Tag./R. das Emas/Samambaia/Guarã/ Cruz

Telefone: 9966.0113/3352.6142

Nome: Rosimeire do Carmo Rodrigues

Disciplina: Atividades

Escola: EC 06 de Taguatinga Norte

Permuta para: Qualquer escola em Taguatinga no noturno

Telefone: 9671.2192

Obs.: Redução para 20 h

Educação

Fórum discutirá implantação do ensino afro-brasileiro nas escolas

“É exatamente porque a educação é o caminho para igualdade que ela se tornou mais inacessível para os negros do que muitos outros direitos”.

Martin Luther King

É fundamental o engajamento dos professores na luta pela implantação da lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira nos bancos escolares. Essa foi a principal conclusão dos participantes do I Encontro de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no DF, realizado pelo Sinpro nos dias 18 e 19 de novembro.

Para garantir esse engajamento foi definido que será criado o Fórum Permanente de Acompanhamento e Discussão da lei 10.639 e formado o Núcleo Temático de Estudo da Questão Racial. O Sinpro também irá apoiar outras iniciativas que visem combater a exclusão racial, entre elas a proposta de implementar na cidade um curso pré-vestibular para pessoas de baixa renda nos moldes do trabalho desenvolvido em São Paulo pela ONG Educação

e Cidadania de Afro-Brasileiros e Carentes (Educafro).

A proposta de criar um curso partiu do fundador da Educafro, Frei David Raimundo Santos durante a palestra de abertura do encontro, e foi prontamente encampada pela plenária. “É só dar o mote que eles mostram do que são capazes, se forem dadas as condições de igualdade”, afirmou o padre ao citar pesquisa realizada na Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e na Uneb (Universidade Estadual da Bahia) que demonstra que os cotistas das duas instituições tiveram rendimentos melhores que os dos estudantes não-cotistas.

Interesse - A participação expressiva dos professores no evento demonstrou que a categoria está carente deste debate, até porque vive na realidade das escolas o mais perverso

racismo: aquele que nega a história do negro e valoriza a cultura eurocêntrica, tentando tornar invisível a importância da cultura negra para a formação da sociedade brasileira.

Para o professor de Antropologia da UnB, José Jorge de Carvalho, idealizador da proposta de cotas para negros e índios da Universidade de Brasília, esse é um dos melhores momentos na luta pela inclusão dos afro-descendentes no sistema de ensino. “Essa lei representa uma grande perspectiva de mudança. Pela primeira vez os negros e não negros poderão estudar a história não pela visão européia e sem sentirem inferiorizados” afirmou.

Na opinião do diretor de políticas para comunidades tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, Carlos Alberto dos Santos,



Evento Cultural durante encontro de ensino afro

os professores precisam avançar na discussão de seu papel no combate ao racismo brasileiro. “Nosso racismo é um dos mais sofisticados que existem, porque a vítima não se sente violada nem o agressor se sente violando os seus direitos”, criticou.

A representante da ministra Matilde Ribeiro,

Maria Inês Barbosa, disse que é preciso romper com o silêncio assustador das pessoas boas, mais do que combater as ações das pessoas más, que transformaram a escola em um espaço perverso de segregação racial. “Não podemos continuar a gerar gerações que não se pautam pelo

respeito às diferenças”, avaliou. Ela acredita que essa lei tem que ser implementada urgentemente, porque será a partir dela que a médio e longo prazo será possível promover a igualdade.

O Sindicato dos Professores irá implementar o Fórum permanente no início do mês de fevereiro.

CPI da Educação: Autorizada quebra de sigilo

Liminar do STF permite uso de informações fiscais sigilosas de 12 pessoas. Deputados verificarão como evoluíram a renda e a movimentação financeira dos envolvidos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ganhou fôlego a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de conceder liminar favorável à quebra do sigilo fiscal de 12 pessoas envolvidas nas investigações da CPI. Todas têm ligação com a Secretaria de Educação ou com empresas terceirizadas que mantinham contrato de

prestação de serviços com o órgão do Governo do Distrito Federal (GDF).

Os deputados distritais integrantes da comissão de inquérito também terão acesso às cinco últimas declarações de imposto de renda de cada investigado. As cópias dos documentos servirão para avaliar a evolução do patrimônio dos contribuintes envolvidos e, ainda, a relação da renda declarada por eles ao Fisco, com o volume da movimentação financeira que reali-

zaram no período.

Entre os nomes listados na quebra do sigilo fiscal estão o da diretora de Apoio Logístico e Material da Secretaria de Educação, Elizabeth Carvalho Maranini, e os de duas empresas contratadas para prestação de serviço de transporte escolar aos estudantes da rede pública — a Jovem Turismo e a Moura Transportes. Elizabeth prestou depoimento à CPI em agosto. Apresentou indícios de que uma das firmas teria recebido informações privilegiadas antes de

participar da licitação para o transporte dos alunos.

Um dos acusados pela diretora, o diretor-gerente da empresa Jovem Turismo, Carlos Alberto de Oliveira, enfrentou os distritais na semana seguinte. Ele negou a denúncia e mostrou planilhas e extratos bancários para derrubar a tese de que a empresa superfaturava valores para o transporte dos estudantes. Mas admitiu que dava cortesias e descontos em passagens aéreas a pelo menos cinco servidores da

Secretaria de Educação.

Para o deputado Paulo Tadeu (PT), relator da CPI, a determinação do STF dará “novo rumo” aos trabalhos dos distritais. “A quebra do sigilo fiscal contribuirá para trazer elementos mais concretos sobre o caso. Poderemos verificar, por exemplo, quem se beneficiou com o esquema de propina dentro da Secretaria de Educação”, avaliou.

Os trabalhos da CPI começaram em 10 de março deste ano, depois de denún-

cia feita pelo ex-subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Educação, Manoel Carneiro. Além de apontar possíveis irregularidades nos contratos de transporte de estudantes da rede pública, ele colocou em dúvida contratos provisórios de professores entre 1999 e 2005. Em nove meses, os parlamentares ouviram 37 depoimentos, em 20 sessões ordinárias e duas reuniões secretas.

Fundeb deve ser votado durante convocação extraordinária

Mesmo com toda pressão das entidades educacionais a votação do Fundeb acabou sendo transferida para o período de convocação extraordinária do Congresso, que ocorrerá entre 16 de janeiro e 14 de fevereiro. A primeira parte da convocação, prevista para 16 de dezembro a 14 de janeiro, será destinada exclusivamente aos trabalhos das comissões de inquérito e especiais em andamento. As votações de plenário ficaram para o segundo momento, tanto na Câmara quanto no Senado.

Nossa mobilização tem sido muito importante e garantiu avanços consideráveis no texto da PEC, aprovado na Comissão Especial, dentre eles, a incorporação do piso salarial profes-

sional nacional e a complementação da União com correção inflacionária e de 10% do valor do Fundo, a partir do 5º ano de vigência. Por isso, é fundamental mantermos a vigilância e as entidades precisam se preparar para acompanhar as votações diretamente em Brasília, a fim de que o texto seja aprovado sem supressões — vale ressaltar que há parlamentares contrários ao piso e ameaçam apresentar destaques para suprimi-lo.

É importante, também, que continuemos nosso trabalho de corpo-a-corpo junto aos parlamentares visando convencê-los a votar o Fundeb. Nossa pressão será pela aprovação integral do relatório da Comissão Especial nas duas Casas (Câ-



mara e Senado). Lembremos que para o Fundo entrar em vigor é necessário, ainda, aprovar a lei de regulamentação, onde constarão os valores diferenciados por aluno, além dos critérios de execução e fiscalização. Essa lei deverá ser promulgada no primeiro semestre, haja vista o calen-

dário eleitoral de 2006 inviabilizar os trabalhos do Congresso no segundo semestre. Caso o cronograma de votações se confirme, o Fundeb poderia vigorar a partir de julho do próximo ano.

Avanços - A Comissão especial que analisou a PEC 415/05 do Fundeb (Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) aprovou o parecer da deputada Lara Bernardi (PT-SP) que cria o fundo. O consenso em torno do relatório da petista só foi alcançado após acatado pela relatora artigo que prevê a participação com valores definidos de 10% dos recursos da União para o fundo a partir do quinto ano de sua implantação.

De acordo com a deputada Lara Bernardi, todos os membros da comissão concordaram que o Fundeb recebeu muitas melhorias e aperfeiçoamentos, o que facilitou sua aprovação. “Aprovamos um texto de consenso e agora ele poderá ser votado sem proble-

mas em plenário. Nós esperamos que o Fundeb seja aprovado, ainda este ano, também no plenário”, defendeu.

De acordo com a petista, os maiores avanços do fundo foram: a inclusão, como um todo, da educação infantil, com o atendimento de creches; a referência ao piso salarial dos professores e dos profissionais da magistério e a complementação com 10% dos recursos da União ao fundo a partir do quinto ano de sua implantação. Segundo ela, além da inclusão dos recursos da União “foram os maiores avanços obtidos pela comissão e dará segurança para a aprovação do Fundeb em plenário”.

O rendimento escolar como crime doloso

Com a mudança do governo em 1999, os traços do Ensino Público do Distrito Federal, esboçados pela então Secretária de Educação, deputada Eurides Brito da Silva, anunciaram tendências nada promissoras acerca do rendimento escolar nas escolas públicas. Todos os movimentos promovidos pela Secretaria de Educação já apontavam para o que se constata hoje: alto índice de evasão, desagregação do ambiente escolar, gestões autoritárias e "meritocráticas", favores com o alheio, presença constante de escolas nas páginas policiais e uma precariedade de nunca vista do sistema de ensino público em benefício do setor privado.

Agora que o desmonte se consolida, dirigentes da secretaria se mostram "preocupados" com o baixo rendimento da aprendizagem.

Sintoma de loucura ou mancha de cinismo?

Vejamos, pois!

O quadro de dificuldades por que passa hoje o ensino público do DF foi articulado naquele momento, mas sua execução iniciou-se com a substituição das direções escolhidas pela comunidade por pessoas de confiança do governador. Quem não se lembra dos discursos "competentes" da então Secretária, acerca das direções de escola? Todos os diretores e diretoras seriam pessoas da confiança do governador, dizia ela, porque o critério de escolha seria, a partir daquele momento, o "concurso", meio irrefutável de apurar o mérito de cada um. Hoje, percebe-se que poucos diretores e diretoras têm consciência das mazelas que estão ajudando a produzir. Por outro lado, por mais que trabalhem pensando no benefício público, mais sofrem pressões das gerências regionais de ensino para que não o façam. Ao compartilhar do golpe à eleição escolar, ser diretor é o aceite da condição de subserviência aos mandos e desmandos dos mandantes alojados nos gabinetes refrigerados da Secretaria.

Logo após as eleições de 1998, a vitoriosa e futura secretária de Educação, numa manifestação típica de quem ainda habita a Casa Grande, revelou, do fundo da alma, que o programa Bolsa Escola deveria ser extinto, pois estava retirando as empregadas domésticas das cozinhas de suas amigas. Essa manifestação de grandeza foi publicada, aquele momento, por uma revista de circulação nacional, mas aqui na capital do Brasil nenhuma linha apareceu na imprensa.

No entanto, uma declaração a mais, uma a menos, qualquer que seja seu teor, não altera em nada o currículo da hoje deputada distrital. Afinal, ela é uma pessoa pública bastante conhe-

cida e tem tido atuações importantes no setor de Educação, não só do DF como do país.

Na educação nacional, sua contribuição maior foi a de ter sido escolhida pelo Regime Militar, juntamente com outros quatro intelectuais, membro do grupo de trabalho que elaborou o projeto da Lei 5692/71. Como já é de domínio público, aquela LDB teve entre seus objetivos principais a função de abrir o setor público de ensino para o mercado, começando aí o processo de privatização da educação nacional em todos os seus níveis, modalidades e formas. Importa aqui que

se lembre a vasta produção teórica produzida por renomados cientistas sociais brasileiros que demonstra a ingerência externa na concepção desse modelo de educação. Os famosos a cordos MEC/USAID bandedados pela ditadura mili-

tar são, a um só tempo, forma de legalização ilegítima e estratégia mais acabada de viabilização do referido processo.

Num artigo recentemente publicado em um jornal local, comentando as dificuldades do ensino médio atual, a deputada quis eximir-se da responsabilidade de sua participação na elaboração da Lei. Segundo ela, a responsabilidade foi do Congresso Nacional, como se àquela época o legislativo tivesse como atuar contra fuzis e tanques ditando as regras do jogo político.

Aqui no DF, uma das primeiras atitudes depois das eleições de 1998 foi extinguir a Escola Candanga,

vez a pouca responsabilidade com que trata a coisa pública, a Secretaria de Educação nunca divulgou os resultados dessa pesquisa custeada com o dinheiro do povo, sequer fez um único comentário acerca de seus resultados. Mesmo assim destruiu a proposta da Escola Candanga, impondo à rede pública de ensino, na forma mais autoritária, o enorme retrocesso que vemos.

Diante desse quadro, soa como um grande insulto à inteligência, isso para não dizer mais, o governo manifestar qualquer surpresa com os resultados hoje constatados.

Sob qualquer análise pedagógica todas as mudanças implementadas pela então Secretária de Educação, a pontaram sempre para o desastre e para o rebaixamento da qualidade do ensino público, tanto em sua forma, quanto em seu conteúdo. Se consultou alguém para

fazê-las, foi apenas buscando a cumplicidade e ajuda no plantio da crença no desmonte e na destruição do que é histórica e coletivamente construído. Sabe-se que seu estilo não é o de ouvir, mas o de ditar. A seu julgamento, todos e principalmente os professores, nada sabem, além do que são indolentes e preguiçosos.

Fez mudanças na grade horária do Ensino Médio da maneira como achava que deveria ser. Integrou a Educação Física àquela grade, coisa que só ela e seus discípulos acreditam ser a melhor maneira e o melhor caminho para esta atividade.

Acabou com toda e qualquer iniciativa autônoma das escolas.

Uma das primeiras atitudes depois das eleições de 1998 foi extinguir a Escola Candanga, sob a justificativa de que essa, na sua visão, estaria produzindo péssimos resultados de aprendizagem.

Projetos e programas de iniciativas dos professores, estudantes e direções foram, sistematicamente, destruídos. Escolas inteiras foram desarticuladas e consideradas inimigas do sistema. Professores que sempre se posicionaram a favor da Educação Pública, que sempre atuaram com responsabilidade, mas não aceitaram critérios fascistas de administração escolar, foram perseguidos e vários foram punidos.

Nas escolas da rede, foi criado um ambiente totalitário e de ameaças, pelo qual o julgamento e ou a condenação são sempre sobre as idéias, mas por outro lado, o

poder preserva os atos nocivos e os desmandos de quem com ele se alinha.

Por esse caminho, passou um grupo de profes-

Bastava surgir uma iniciativa de interesse coletivo, incentivada por professores e estudantes, que apareciam as dificuldades até o seu completo desmonte.

sores do Centro de Ensino Médio Setor Oeste do Plano Piloto, cujo problema nasceu de posições contrárias à direção que nada tinha a ver com a responsabilidade e o respeito à educação pública.

O Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia foi outra vítima. Todos os programas de iniciativa da própria escola e do grupo de professores foram destruídos, inclusive com momentos curiosos e contraditórios. A escola recebeu um prêmio por sua iniciativa, ocorre que no evento da premiação, quem apareceu foi a própria secretária, que depois, através de sua bem mandada diretora regional, promoveu a desativação dos programas que ali existiam. E assim aconteceu em várias outras escolas. Bastava surgir uma iniciativa de interesse coletivo, incentivada por professores e estudantes, que apareciam as dificuldades até o seu completo desmonte.

Essa prática fascista teve seu ponto culminante no Centro de Ensino Médio 05 de Ceilândia na gestão de uma outra secretária, essa, por sinal, muito "jovem". Essa escola, uma das escolas mais tradicionais da cidade foi, literalmente, desarticulada. Teve o nome substituído, os estudantes tiveram que trocar de espaço físico e os professores foram distribuídos em várias outras unidades de ensino. Um grupo de oito professores foi processado e punido com suspensão. O crime? Posicionar-se contra a conduta nada responsável da direção daquele momento, inclusive tendo contra ela a suspeita de desvio de dinheiro, arrecadado pela cantina escolar. Por não render obediência à arrogante secretária e à sua típica burocrática da Gerência Regional de Ensino, o grupo foi submetido a uma sindicância viciada e por fim, a um processo administrativo, cujo resultado deve ser ainda proclamado pela Justiça, havendo, no entanto, forte tendência de que as acusadoras venham a responder pelo crime de abuso de autoridade.

Tem sido assim, desde o ano dois mil, a política da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Seus desdobramentos nocivos e abrangentes, posto que interfere diretamente no comportamento de mais de seiscentos mil estudantes,

vêm provocando enormes prejuízos e danos jamais recuperáveis à sociedade brasileira.

Os resultados dessa política de lesa-pátria podem ser vistos em números expressivos e inexplicáveis, do ponto de vista matemático. Entre o ano de dois mil e o mês de julho de 2004, a população do DF cresceu em 230.049 pessoas, sendo a maior parte habitante da periferia. Situação que por sua natureza cria demandas para os serviços públi-

cos, em especial para o setor de educação. Contudo, o número de matrículas no mesmo período diminuiu em 4,8% e o número de professores efetivos declinou. Duas escolas foram derrubadas, uma na Expansão do Setor "O" e outra no Recanto das Emas e muitas outras tiveram turnos inteiramente desativados. Por outro lado, possivelmente como consequência imediata, nesse mesmo período, houve um crescimento de 48% no número de internos do CAJE - Centro de Atendimento Juvenil Especializado. Ao que parece, na busca de consolidar esta inversão e sob o discurso da segurança da população e do reconhecimento "da continuação das grandes transformações", novas unidades do CAJE estão sendo construídas, sendo que uma delas será inaugurada em breve.

Isso ainda não é tudo. Entre outros efeitos da política desastrosa capitaneada pela senhora deputada distrital, convivemos com alguns que fundamentam seu projeto de tornar precário o Ensino Público, objetivando dar condições favoráveis ao crescimento do setor privado da educação.

Concurso público para professores. O único realizado foi suspenso por irregularidades e até hoje não foi procedida à restituição das taxas de inscrição pagas pelos concorrentes. Dos aprovados nos concursos anteriores, poucos são convocados, sob a justificativa mentirosa de que não existem carências nas escolas.

Por outro lado, a estratégia dos contratos temporários tem sido utilizada e configura um enorme escândalo, tanto é que para conter a insanidade, a intervenção do Ministério Público se fez necessária. Além de ser esta estratégia, uma deformação da legalidade, dos que são feitos, boa parte são alvos de denúncias de irregula-

ridades por conterem a marca indelével do favorecimento político ou pessoal.

Mas os problemas não se esgotam aí. Escolas privadas com salas ociosas por falta de clientes são alugadas a preço de ouro pela Secretaria de Educação, num flagrante desrespeito à lei e numa afronta à população do DF. Não há como justificar a desativação de escolas públicas e o aluguel de espaço físico privado.

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) já está com o atendimento quase extinto da Rede Pública. Os que precisam do mesmo estão sendo empurrados para o colo dos comerciantes de ensino. No ano dois mil o número de matrículas chegou a mais de noventa e seis mil alunos, enquanto que em dois mil e quatro, foram pouco mais de quatorze mil para o atendimento direto. Sobre esse caso, o Ministério Público para não permitir o descumprimento da lei, recomendou que a Secretaria de Educação na elaboração da Estratégia de Matrículas para dois mil e cinco, não viesse proceder ao atendimento indireto na fase do Ensino Fundamental.

Por outro lado, os recursos que viriam do Governo Federal destinados ao EJA, não têm sido usados por causa das perdas de prazo ou de erros grosseiros nos projetos apresentados. E, quando da devolução desses projetos para serem corrigidos, os mesmos não são, sequer, representados em tempo hábil.

Para finalizar, lembremos aqui o discurso competente, feito logo no início da gestão no ano de mil novecentos e noventa e nove que apontava para a informatização das escolas. No mesmo, valores e prováveis parcerias foram citados à exaustão, num acento para uma das mais responsáveis políticas para o setor público de ensino que poderia ser visto aqui no DF. Hoje, o que encontramos? Dos cinco milhões de reais destinados à educação até sete de julho deste ano, apenas 26% foram aplicados, enquanto a maioria das escolas continua a escriturar seus dados em diários de classe que remontam à Idade Média.

Hoje, vemos tudo isso como produto de uma política pública planejada, articulada e executada para o favorecimento de interesses que não se coadunam com os da sociedade. Nesta perspectiva, não podemos negar que o baixo rendimento verificado nas escolas públicas se configura como um crime, e como tal deve ser caracterizado como dolo, não como erro.

Nonato Menezes
Diretor do Sinpro-DF

Pedagogia

Secador solar é base para projeto que mobiliza alunos no CEF 14 do P Sul

Foi em 2001 que o professor de História e Geografia do Centro de Ensino Fundamental 14, do P Sul, Antônio Jucá Kokay, ao observar um espaço ocioso na área da escola, imaginou que ali poderia ser desenvolvido um projeto que oxigenasse o dia-a-dia dos alunos, desmotivados por uma jornada cansativa, seis horas "trancados" dentro da sala de aula. Surgiu assim a ideia de construir no local um secador solar para desidratação de alimentos.

"O projeto é baseado em um tripé que leva em consideração o aspecto didático, porque melhora a qualidade do ensino, pedagógico, ao englobar várias disciplinas e o estímulo ao empreendedorismo", afirma Jucá. O secador foi construído coletivamente, com

restos de obras (calhas velhas de zinco, pedaços de cano e madeira), adaptado de um projeto do engenheiro agrônomo Lojos Kokay, ganhador em 1985 do 1º lugar do 3º Concurso Nacional de Tecnologias Apropriadas do CNPq.

Durante o período da seca os alunos se revezam para produzir banana passa e páprica a partir do pigmento desidratado. O interessante é que os insumos são doados pelos comerciantes, produtos que por estarem maduros demais não têm mais valor comercial, mas que são ideais para a desidratação. Foi montada uma "cooperativa" como complemento do projeto, onde os alunos exercitam a capacidade de administrar um empreendimento. Um percentual do que vendem



Alunos preparam as bananas...

é deles e o restante é investido na horta orgânica que complementa a merenda escolar. Até os rótulos das embalagens são desenvolvidos pelos alunos. Orientados por um químico, eles fabricam também detergente e água sanitária que são vendidos a baixo custo para a comunidade.

A intenção do professor Jucá, que recebeu neste

ano o prêmio Professor 2005, concedido pela Câmara Legislativa e pela EAPE, é disseminar a tecnologia do secador para a população do P Sul, que poderia montá-los até mesmo no teto das casas. "É uma forma de buscar alternativa para geração de renda para uma comunidade carente de empregos", avalia.



... que depois serão colocadas no secador solar.

Artigo

Coordenação Pedagógica: espaço de discussão, formação e organização da luta dos educadores

A coordenação pedagógica é uma conquista importante para educadores. É no espaço da coordenação que temos a oportunidade de trocar experiências, discutir projetos e, acima de tudo, de promover o debate sobre as questões diversas da nossa categoria.

A conjuntura política enfrentada pela classe trabalhadora e especialmente pelos professores mostra que é de extrema necessidade uma organização política. Não basta que estejamos organizados na luta por salários (que também é importante), mas é preciso garantir a luta pela educação e principalmente por condições dignas de trabalho. A coordenação é, portanto, o espaço mais adequado para se fazer esse rico debate.

O espaço de coordenação pedagógica foi sendo conquistado a cada momento, como uma necessidade da categoria, mas nem

sempre foi assim. Em meados de 69, por exemplo, a coordenação era realizada aos sábados e tinha o nome de horário complementar, o que mostrava a falta de valorização desse espaço como um momento imprescindível na construção de um projeto coletivo. Apenas nos anos 70 é que passamos a ter um professor ou professora na dinamização (trabalhava a parte de artes, recreação e jogos e ensino religioso) e assim a garantia de um dia de coordenação para cada disciplina durante a semana de trabalho.

Apesar de ser um importante avanço, os 20% da carga horária destinados à coordenação pedagógica até o momento não seriam suficientes para garantir uma construção coletiva da formação e da luta diária dentro das escolas, uma vez que os professores dividiam-se em dias de coordenação diferenciados. Apenas as disciplinas afins podiam ser debatidas e acabavam, muitas vezes, numa visão frag-

mentada, sem que houvesse uma interação entre as mesmas e também com outros temas de interesse.

Com a proposta da Escola Candanga, Uma Lição de Cidadania, passamos a ter uma ampla discussão e valorização da coordenação pedagógica. A busca de uma carga horária destinada à coordenação que atenda aos anseios de uma escola organizada na coletividade, na interdisciplinaridade e, principalmente, na formação continuada dos educadores passa a ser uma realidade dentro das escolas do Distrito Federal.

Neste sentido, não podemos deixar de fazer aqui uma referência ao que tem se tornado esse importante instrumento de luta da nossa categoria. Embora a partir de 2000 toda a rede pública tivesse, através da jornada ampliada, a coordenação em horário contrário ao da regência, a qualidade do trabalho pedagógico e a melhoria das condições de atuação dos professores não foi o esperado. De-

vemos, então, nos perguntar porque isso tem acontecido. Primeiro, porque não basta oferecer um horário fora da regência sem que haja as condições necessárias para a viabilidade da organização desse espaço. É preciso que a presença do coordenador pedagógico seja uma prioridade, e não uma concessão oferecida pelo sistema. Além disso, o coordenador não deve ser visto como um membro da direção, responsável em responder as burocracias da escola, ou como um professor substituto. O papel do coordenador é, antes de mais nada, o de promover e garantir a coordenação como um espaço coletivo e democrático. Outro aspecto importante é a formação continuada dos professores, que deve acontecer através de palestras, cursos, oficinas e outras atividades, não só no espaço da escola, como também em lugares que promovam essa formação.

Outro aspecto a ser abordado é o envolvimento das

direções das escolas nas coordenações pedagógicas como participantes diretos das ações propostas em conjunto. Infelizmente não é essa a realidade que vivenciamos. Em muitas escolas as direções estão envolvidas apenas com a parte burocrática e não participam dos momentos pedagógicos, deixando para um assistente, para o coordenador ou até mesmo para que o grupo de professores sozinhos possam definir todas as ações pedagógicas. É preciso ressaltar que deixar o grupo solto durante as coordenações, ao invés de ser uma atitude democrática, pode representar um projeto intencional de não discutir os problemas da escola, além de impedir o desenvolvimento das ações coletivas que norteiam os objetivos propostos à superação dos desafios enfrentados no cotidiano.

É preciso tornar a coordenação pedagógica um momento de envolvimento dos

professores para a discussão dos interesses coletivos e para a socialização das experiências que cada um constrói no dia-a-dia. Se, ao invés disso, a coordenação for trabalhada como um espaço individual, sem discussão e sem planejamento, deixará de ser um momento atrativo e importante e se tornará apenas em mais um horário de trabalho.

Entender esse espaço como a extensão da luta dos professores é fazer dela a construção do debate político e pedagógico de forma mais rica. É não abrir mão de discutir as diferentes ações que possam surgir como ideia de cada um para alcançar o interesse que é de todos.

Vamos fortalecer a nossa luta, garantindo dentro da escola que a coordenação pedagógica aconteça.

Bernadete Diniz
Diretora do Sinpro-DF

Professoras estimulam o respeito às diferenças



Incomodadas com a constatação de que os alunos das escolas públicas não aceitavam os colegas portadores de deficiências que passavam a estudar nas escolas regulares, dez professoras itinerantes do Centro de Ensino Especial de Sobradinho criaram o projeto "A Arte de Incluir" para trabalhar o respeito às diferenças. Baseadas em um texto de Rubem Alves, "A porquinha de rabo esti-

cado" elas criaram uma peça teatral que aborda a questão (foto).

"Buscamos desenvolver um novo olhar da comunidade escolar em relação à pessoa portadora de necessidades especiais", afirma Gláucia Gonçalves, uma das professoras envolvidas com o projeto. Elas já fizeram uma primeira apresentação e pretendem realizar outras no ano de 2006, para levar ao maior número de pesso-

as o questionamento do preconceito, mas de maneira lúdica e divertida.

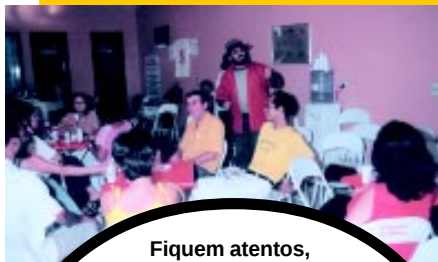
Para desenvolver o projeto elas receberam a assessoria da produtora teatral Raquel Lima, que adaptou o texto, e apoio financeiro de várias entidades para a confecção das roupas e materiais necessários para a montagem. Uma aluna do ensino especial participa do elenco.

A primeira apresenta-

ção foi feita basicamente para os professores do ensino regular das escolas que recebem os alunos oriundos do centro de ensino e a receptividade foi muito boa. "Muitos professores já nos colocavam a necessidade de trabalhar a questão e esperamos que a iniciativa faça com que os alunos especiais sejam mais aceitos em sua diferença", afirma Gláucia.

Cultura

Eventos culturais realizados em 2005



Fiquem atentos, em 2006 teremos muito mais!

Se você ainda não participou, pergunte a quem já o fez. Você vai descobrir por que todos os que participaram se divertiram tanto

- Sarau: mensal (toda 2ª sexta-feira do mês)
- Baile do Professor, mês de outubro, na semana do professor.
- Atividades nas praças (O Sinpro nas Praças): Bimestral
- Dia Internacional da Mulher – 08 de março (um evento cultural)
- Semana da Consciência Negra – Mês de novembro
- Mostra de Artes e lançamento de CD e livro de poesia.

Prestação de Contas das Atividades Culturais desenvolvidas em 2005.

SARAUS

Gama: 02 no CG e na EC 01 + 1 de aposentados no CEE
Guará: 02 no CEF 02
Taguatinga: 02 na Subsele do Sinpro + 1 de aposentados
Planaltina: 01 na Subsele do Sinpro
Brazlândia: 01 no Centro Cultural
Plano Piloto: 01 de aposentados na Esc.
Parque 308 Sul
Águas Claras: 01 no Shopping Maggiore

SINPRO NAS PRAÇAS

01 no Paranoá
01 no Gama - Cine Itapua,
01 no Gama - Campanha do Desarmamento no Cine Itapua
01 no Gama - Outubro Breack no Cine Itapua

MOSTRA DE ARTES

Subsele de Taguatinga
Dia Internacional da Mulher – Sala Funarte
Festa Junina – na Chácara do Professor
Baile dos Professores – Marina Hall
· Participação em parceria com a UNB - Festa de encerramento dos alunos do PIE.
· Semana da Consciência Negra – Mês de novembro (Secretaria de Gênero, Raça e Sexualidade).
Ficando para o início do ano 2006 a finalização do cumprimento da pauta do ano letivo de 2005, que são a confecção de um livro de poesia e de um CD coletivo dos professores artistas que atuaram nos eventos culturais do Sinpro em 2005.

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Diretoria Colegiada do SINPRO-DF / Gestão – 2004/2007
Diretor Coordenador: Francisco Joaquim Alves
Diretores: Cláudia de Oliveira Bullos e Marco Aurélio G. Rodrigues

Baile dos aposentados: festa foi um sucesso



Realizado no dia 2 de dezembro, o baile dos aposentados foi um sucesso total. Mais de mil companheiras e companheiros estiveram presentes, brindando ao reencontro e à amizade, ao respeito, à solidariedade e à fraternidade que sempre permearam nossa convivência. A Secretaria para Assuntos dos

Aposentados pretende realizar outros eventos como esse no ano de 2006.

Além disso, irá promover encontros e debates sobre assuntos de interesse da categoria e dos aposentados em particular. Não podemos prescindir da experiência e espírito de luta dos companheiros, que ajudaram a construir a força

do nosso sindicato e que o transformou numa referência de participação e mobilização.

Mesmo usufruindo o merecido descanso, após anos de dedicação ao ato de ensinar, os aposentados não abandonaram a luta. A eles desejamos boas festas e um ano novo com muitas realizações. Este ano de

2005 obtivemos vitórias importantes, em especial o plano de saúde, uma conquista do Sinpro que será estendida a todos os servidores do GDF (confira em matéria deste jornal o resultado das negociações com o governo). Mas ainda há muito o que lutar e, como sempre, contamos com os companheiros.

Dicas do QN

Que tal curtir alguns dias de férias na Chácara dos Professores?

Renovamos o convite para que as professoras e professores conheçam nossa chácara. Quem sabe até programar e curtir algum dia das férias por lá? Ela é localizada em um local bastante agradável em uma chapada na rodovia que leva à Brazlândia. A paisagem, em especial nessa época do ano é encantadora, com muito verde, silêncio e com muita paz e tranquilidade para quem gosta de curtir a natureza.

Nossa estrutura é boa, temos capacidade para atender a pequenos grupos e no quiosque maior é possível abrigar até 80 pessoas. Neste quiosque há 20 jogos de

mesas com cadeiras, uma churrasqueira grande, um freezer, um fogão industrial, pia, banheiros feminino e masculino e uma ducha de água fria. Para utilizar este quiosque é necessário agendar através dos telefones 3218 -5602(sede), 3562-4856 (Taguatinga) e 3556-9105(Gama) e 3388-5144 (Planaltina). É necessário também pagar uma taxa simbólica de R\$ 50, para custeio de da limpeza do local, higienização e material para os banheiros, gás e energia elétrica. Só não dispomos de equipamentos como panelas, carvão, talheres etc.

Há também outras sete churrasqueiras menores individuais, para até dez pessoas, com pias, mesas e bancos de cimento. Neste local



há banheiros coletivos tudo muito limpo e cuidado. Para ocupá-las não é necessário agendar, mas deve-se respei-

tar a ordem de chegada.

Já para quem gosta de jogar futebol, há um campo oficial gramado, muito bem

cuidado. Basta levar a bola e agendar pelos mesmos telefones citados acima. A chácara tem também nas-

centes de água limpa e uma bica para refrescar em dias de sol.

Ela está aberta para o lazer de quarta-feira a domingo, de 8 às 17h. Solicitamos que os companheiros respeitem esses dias e horários, que atende ao contrato de trabalho do zelador da Chácara, o funcionário José Firmino, que cuida do patrimônio da categoria, da limpeza do local e manutenção periódica dos equipamentos disponíveis. Isso é fundamental para garantir a segurança e o bem estar, sem que eventuais transtornos atrapalhem o descanso e a diversão de ninguém.

A Chácara é nossa! Faça o melhor uso dela para sua diversão!



GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL-GTPA/DF - FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL-FÓRUM EJA/DF

Relatório-síntese do XIII Encontro Pró-Alfabetização e EJA do DF, em 09/07/05, no auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Federais-SINDSEP - Setor Bancário Sul - Ed.Seguradoras,16º andar

(Documento subsidiador à participação de delegados e representantes no VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Brasília, 31/08 a 3/9/05).

Parte I – INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA DA EJA NO DF

A situação geral da Educação brasileira e, em particular, da Educação de Jovens e Adultos não carecem de legislação que dê os rumos jurídicos à organização e desenvolvimento político-pedagógicos necessários. Em todas as esferas do Estado há leis que regulamentam e orientam a política pública do setor de Educação.

Seja a Constituição Federal, sejam os Pareceres dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, todos dão sustentação e amparo a nossa Educação Básica, de maneira clara e específica a cada caso. Do financiamento às orientações de procedimentos pedagógicos e de Gestão, nada escapa às boas intenções dos legisladores nacionais. No entanto, a letra jurídica, sobre vários aspectos, tem se tornado letra morta ou, no mínimo, pouco levada em consideração em sua aplicabilidade.

Aqui no Distrito Federal a distância entre o que é proposto pela legislação e o que vem sendo feito pode ser medida por uma enorme incompatibilidade, principalmente se a modalidade de ensino é a Educação de Jovens e Adultos. Do financiamento à execução de programas mínimos; da contratação aos necessários recursos financeiros, enviadas todos os esforços, estes ainda são insuficientes e como tal a situação acaba mostrando uma precarização da educação pública local, sobretudo, na educação de jovens e adultos.

Os dados que se seguem nos vários quadros apresentados mostram não só o esforço dispendido pelo poder político local, bem como, de vários movimentos sociais, entre os quais, têm destaque as organizações populares. Entretanto, em que pese todo esse esforço conjunto que sinaliza com os avanços, os quadros sinalizam também, com o enorme desafio que a sociedade política e civil do DF, no que tange a uma educação de jovens e adultos com qualidade, sobretudo, no que diz respeito às necessidades e desejos de cada educanda e educando jovem e adulto (a).

No quadro 1, em levantamento realizado pela Codeplan (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central) nota-se que de uma população de 2.096.534 pessoas, há 54.247 não alfabetizadas, o que corresponde a 2,6% da população. Além disso, há 634.026 pessoas com ensino fundamental incompleto (no Brasil são 65 milhões) ou 30,2% de analfabetos funcionais. Somando-se os dados, tem-se 688.273 pessoas a exigir ensino fundamental completo ou 32,8% da população do DF.

QUADRO 1 CODEPLAN - POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDA ESCOLARIDADE - DF - 2004

ITEM	ESCOLARIDADE POPULAÇÃO	PERCENTUAL
01	Analfabeto	54.247 2,6%
02	Saber ler e escrever	28.540 1,4%
03	Alfabetização de adultos	4.422 0,2%
04	1º grau incompleto	634.026 30,2%
05	Menor de 7 anos fora da escola	154.944 7,4%
06	Total/População	2.096.534

No quadro 2, tem-se um demonstrativo da evolução educação de jovens e adultos no DF, compreendendo o período 2000-2004. Nos quadros com fontes diferentes de informação (GDF-SEE; MEC/INEP; MEC/FNDE) o número de professores pode ser situado na faixa de 2.763 a 2.369 e o de escolas entre 182 a 171, fenômeno que pede uma explicação, mesmo porque o quadro do GDF/SEE mostra um número crescente de matrículas 2000:89.044; 2001:95.696; 2002:94.877; 2003: 96.766 e depois uma queda em 2004: 90.168. A leitura dos números pode levar à hipótese de que atualmente há uma tendência decrescente de número de matrículas, número de professores e número de escolas na educação de jovens e adultos do Distrito Federal.

QUADRO 02 MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DF- MODALIDADE DE EJA (outros dados) SINPRO/DF -

Área do DF: 5.822Km² Diferença entre o ano de 2000 e 2004: 230.903
POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL 2000 2001 2002 2003 2004
CENSO/ESTIMATIVA IBGE ATÉ 1º JULHO/2004 2.051.146
2.051.146 2.145.839 2.145.839 2.145.839 2.282.049

MOVIMENTO DE INTERIO DO CAJE
Custo inteiro Caje mês: Entre R\$800,00 e R\$1000,00
Dezembro/2000 Dezembro/2001 D e -
Dezembro/2002 Dezembro/2003 D e -
Dezembro/2004 321 330 300
424 465

****Custo aluno Educação Infantil ano/1999: R\$ 1.536
**** Custo aluno Ensino Fundamental ano/1999: R\$ 1.268
**** Custo aluno Ensino médio ano/1999: R\$ 1.251

FONTE: MEC/FNDE

A N O

INDICADORES /INSTITUIÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004
Nº de matrículas	89.029	92.912	16.757*	14.899**	12.874***
Nº de professores	2.689	2.692	2.619	2.369	
Nº de escolas	179	173	110	102	
Nº de matrículas	89.044	95.696	94.877	96.766	90.168
Nº de professores	2.689	2.763	2.638	2.386	
Nº de escolas	182	176	174	171	157

FONTE: INEP

INDICADORES /INSTITUIÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004
Nº de matrículas	89.029	92.912	16.757*	14.899**	12.874***
Nº de professores	2.689	2.692	2.619	2.369	
Nº de escolas	179	173	170	165	

* Ensino Fundamental semi-presencial: 46.100 / Ensino Médio semi-

presencial: 27.929 (Contraria art. 32, § 4º, LDB. Parecer MPDFT, Ofício nº 566/2004 – PROEDUC).

** Ensino Fundamental semi-presencial: 44.731 / Ensino Médio semi-presencial: 32.989 (Contraria art. 32, § 4º, LDB. Parecer MPDFT, Ofício nº 566/2004 – PROEDUC).

*** EJA – Supletivo presencial – Ensino Fundamental
FNDE – Fechamento: 07.07.2005 – Liberação de Recursos para PEJA – Programa Apoio Sist. Ensino para atendimento ao EJA: 40.231,23 (Em três parcelas).

**** FONTE: IPEA/DISOC/IBGE/MP & INEP/MEC (Estimativa Distrito Federal – dados de 1999)

FNDE - PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. Programa de Apoio Estados e Municípios para Educação Fundamental – EJA

2. Programa de Apoio Sistema Ensino para atendimento ao EJA (PEJA)

3. Programa para Alfabetização de Jovens e Adultos (Brasil Alfabetizado)

4. Projeto de educação de Jovens e Adultos (Jovens e Adultos)

Obs: Nenhum recurso para a Secretaria de Educação (GDF) em 2004

Apenas do Programa de Apoio Sistema Ensino para atendimento ao EJA (PEJA) R\$ 40.231,23

O quadro 3 mostra a alocação e utilização de recursos financeiros na Educação Pública do DF no ano de 2005. Para a educação de jovens e adultos estão alocados R\$5.038.000,00, tendo sido utilizados R\$ 1.288.510,00, ou 26% do total alocado à educação de jovens e adultos. Nota-se que para se gastar em 2005, restam 74% dos recursos alocados, ou seja, R\$ 3.749.490, o que pode permitir uma alocação intensa e densa na educação de jovens e adultos do DF.

QUADRO 3

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DESTINADA AO SETOR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL PARA 2005 Movimentação até: 06.07.2005 Fonte de pesquisa: Gabinete do Deputado Distrital Augusto Carvalho				
ITEM	Nº DOCUMENTO	PROGRAMA/PROJETO	RECURSO	% UTILIZADO
AUTORIZADO R\$	RECURSO UTILIZADO R\$			
01 12121210023870001	Proj. Descentralização de recursos financeiros para as escolas	10.000.000,00	00000	000
02 12126007138580001	Proj. Informatização do sistema escolar da Sec. de Educação	13.927.000,00	00000	000
03 12362014223900001	Proj. Manutenção do Ensino Médio	25.698.896,00	4.834.596,13	19
04 12363014223910001	Proj. Manutenção da Educação Profissional	8.355.048,00	1.391.090,07	17
05 12365014223880001	Proj. Educação Infantil	10.257.441,00	1.902.698,70	19
06 12366014223920001	Proj. Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	5.038.000,00	1.288.510,00	26
07 12367014223930001	Proj. Manutenção da Educação Especial	2.461.702,00	111.493,53	5
08 0164	*Proj. Escola de Todos Nós	3.543.663,31	120.280.813,00	3

* Este programa envolve cento e vinte (120) projetos criados para reformar, reconstruir e construir Escolas Públicas no Distrito Federal.

SINPRO/DF – julho-2005

Parte II – ACERVO JURÍDICO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL DE 09/06/1993

Art. 221. A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, nos termos da Constituição Federal, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, fundada nos ideais democráticos de liberdade, igualdade, respeito aos direitos humanos e valorização da vida, e terá por fim a formação integral da pessoa humana, sua preparação para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 1º O ensino público de nível fundamental será obrigatório e gratuito.

§ 2º O Poder Público assegurará a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

§ 3º O Poder Público gradativamente implantará o atendimento em turno de, no mínimo, seis horas diárias, aos alunos da rede oficial de ensino fundamental.

§ 4º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importam responsabilidade da autoridade competente, nos termos da Constituição Federal.

§ 5º O acesso ao ensino obrigatório gratuito é direito público subjetivo.

Art. 222. O Poder Público assegurará, na forma da lei, a gestão democrática do ensino público, com a participação e cooperação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional e na definição, implementação e avaliação de sua política.

Art. 225 - Parágrafo único: Determina competência ao poder público para implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados;

Art. 241. O Poder Público aplicará anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, incluída a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino de primeiro e segundo graus e da educação pré-escolar, em conformidade com o art. 212 e o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. (Ver Decreto nº 17.256/96)

§ 1º São vedados o desvio temporário, a retenção ou qualquer restrição ao emprego dos recursos referidos no caput.

§ 2º O Poder Público publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução do orçamento da educação e de seus programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Das disposições transitórias – Art. 45, incisos de 1 a V - Determina que o Poder Público do Distrito Federal promova formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos, reconheça como aproveitamento de estudos as atividades de alfabetização de alunos de ensino médio, envidos esforços para a erradicação do analfabetismo entre os servidores públicos do DF, incluindo a destinação de duas horas de suas jornadas de trabalho para esse fim e assegure nos meios de comunicação social pertencentes ao DF trinta minutos semanais para veiculação de mensagens de apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no DF.

Lei nº 849, de 8 de março de 1995: Cria o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no âmbito do Distrito Federal.

Lei nº 1.008, de 10 de janeiro de 1996: Dispõe sobre o incentivo à capacitação e formação profissional para o magistério na rede pública do DF

Decreto nº 17.505, de 10 de julho de 1996: Regulamenta a lei nº 1008/96

Lei nº 1.511, de 3 de julho de 1997: Cria o Fundo de Apoio ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos (FUNALFA).

Decreto nº 18.599, de 12 de setembro de 1997: Aprova o regulamento do FUNALFA. Decreto nº 19.215, de 7 de maio de 1998: Nomeia o Conselho de Administração do

FUNALFA.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Resolução nº 1/2003-CEDF

Com as alterações dadas pela Resolução nº 1/2004-CEDF

Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 2003

Resolução Nº 1/2001-CEDF, de 13 de dezembro de 2001.

Altera a redação dos artigos 31, 32 e 35 da Resolução n.º 2/98 - CEDF, de 6/7/98 e dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino do Distrito Federal.

O CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas competências, tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Distrito Federal e seu Regimento aprovado pelo Decreto nº 20.551, de 3 de setembro de 1999, e considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, publicada no DOU em 19 de julho de 2000.

Resolução Nº 1/2004-CEDF, DE 30 de março de 2004.

Altera dispositivos da Resolução nº 1/2003-CEDF,

de 26/8/2003 e dá outra providência.

O CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas competências, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.394/96, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do seu Regimento, RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 31; 33; 34; 60, parágrafo único; 81, § 2º; 86, inciso IX; 97; 127 § 2º; 128, incisos I e II; 129 § 1º e § 2º; e 158 da Resolução nº 1/2003-CEDF, de 26 de agosto de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

Parte III - DISCUSSÃO DOS SETE TEMAS RELATIVOS AO VII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tema 1 A configuração do Campo de EJA.

A diversidade de raça, credo, classe econômica aliada à formação de cidadãos críticos, com melhora de sua auto estima, consciência de seus direitos e deveres, levando em conta a realidade do aluno, desenvolvimento da autonomia e independência, constitui o campo de atuação da Educação de Jovens e Adultos.

DIFICULDADES E AVANÇOS:

Voluntariado ainda predominante, com necessidade de se implementar cursos de formação de professores (as) voltados especificamente à educação de jovens e adultos. Elaboração de plano de carreira própria, alocação de verbais.

Quando à formação das (os) educandas (os) que seja centrada na realidade vivenciada com inovação permanente.

Reitera-se a necessidade de uma política pública de jovens e adultos em nível de MEC que junte alfabetização com garantia de continuidade em escolarização de educandas e educandos. Além disso, cada unidade da federação (estados, municípios e Distrito Federal) precisa estabelecer política pública de educação de jovens e adultos.

Tema 2: O papel do estado e dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada na construção de política públicas de Educação de Jovens e Adultos.

Assegurar com o Fundeb uma alocação de recursos que faça justiça às necessidades da educação de jovens e adultos em todo território nacional. É imprescindível a elaboração de uma outra concepção de currículo quando se trata da educação de jovens e adultos. Os currículos tradicionais não atendem mais à necessidade de qualquer educanda ou qualquer educando. Os currículos centrados na realidade da educanda e do educando, com certeza, eliminarão as atuais e freqüentes evasões que se enfrentam na educação de jovens e adultos.

A mobilização e organização dos movimentos sociais, entre e com estas organizações populares devem elaborar uma política pública, fruto de sua experiência acumulada. A partir desse fazer junto com o Estado e estabelecer uma política de educação de jovens e adultos, fruto da experiência acumulada dos movimentos sociais.

É importante que se faça e exercitar uma política pública considerar as regiões de habitação dos jovens e adultos, de tal forma, a facilitar o acesso dos mesmos ao local das escolas.

Por fim, enfatiza-se uma alocação de recursos financeiros que cubra as necessidades da iniciação e a continuidade de escolarização de jovens e adultos. Para tanto, promover a iniciativa de audiências públicas não só com tal fim, mas, com todo conjunto da política de educação de jovens e adultos.

Tema 3: Novas Tecnologias e Educação a Distância

A interatividade nos programas de educação de jovens e adultos deve ser garantida e aliada a um uso racional da Internet como fonte de pesquisa e construção do conhecimento.

Em nível do DF é também importante analisar a proposta de Educação de Jovens e Adultos a distância, tendo como uma das referências as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

Promover a instalação de telecentros em todas as escolas públicas de educação de jovens e adultos, como forma de garantir o acesso das educandas e educandos às novas tecnologias e à educação a distância.

Tema 4: Educação do Campo

Superar a dicotomia educação rural x educação do campo. Entenda-se que a educação dá-se no e com o campo.

A existência de uma política pública de estado e não de governos transitórios é fundamental.

É importante que se abra mais espaços à discussão da educação do e no campo em fóruns, seminários, debates, congressos e outros eventos.

A formação das educadoras e educadores e das educandas e dos educandos deve se centrar na realidade do camponês, e não ter como base os currículos urbanos.

Os movimentos sociais junto com os entes federados podem e devem desenvolver um apoio de alimentação, transporte, acompanhamento, produção de material pedagógico.

Torna-se necessário reverter o modelo do Brasil Alfabetizado que não se adequa à dinâmica própria dos movimentos sociais tanto na cidade como no campo. Há uma burocracia excessiva que requer a alocação de muito tempo físico das educadoras e educadores, prejudicando incon-



testemente sua ação, que deve ser essencialmente político-pedagógica. Além disso, o MEC deve rever a intensidade de suas demandas quantitativas em contraste com as exigências qualitativas dos movimentos sociais.

Tema 5: Educação Indígena

A educação indígena ainda não é contemplada na experiência dos movimentos sociais do DF participantes do Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos.

Tema 6: Economia Solidária e Gestão Coletiva do Trabalho

Há experiências em andamento em Paranoá, Ceilândia e São Sebastião. O público atingido é constituído de pedreiros, empregadas domésticas, jardineiros, seralheiros, artesãos e artesãos, entre outros. De certa forma, quase todo o público vem de pessoas com dificuldade de renda e que tem uma competência específica, de maneira geral, autônoma.

Constata-se a ausência de articulação entre política pública de educação de jovens e adultos e a economia solidária. Nos movimentos sociais, particularmente as organizações populares estão mais mobilizadas ao assunto, mas, enfrentam a dificuldade de recursos financeiros, de recursos materiais, humanos e técnicos. Há exigências burocráticas, de domínio de gerenciamento e de processos administrativos que precisariam ser melhor trabalhadas junto com os movimentos sociais.

Há uma expectativa de ação do poder público (DF) no que diz respeito:

Formar e informar professores da rede sobre economia solidária; disponibilizar a infra estrutura física das escolas para encontros, formações de educadoras (es) educandas (os) da economia solidária; garantir jornada de 36 horas para os professores de educação de jovens e adultos, com 16 horas para planejamento; alocar os recursos financeiros previstos na Lei Orgânica do DF, LDB e Constituição Federal; prover com recursos materiais e humanos os Núcleos de Coordenação Pedagógica das Diretorias Regionais de Ensino; abrir canais de comunicação com a sociedade civil: ONGs, clubes associativos, condomínios, sindicatos, clubes de serviços (Lyons, Rotary), entre outros e orientar as (os) diretoras (es) de escolas para que apoiem e tenham compromisso com a economia solidária.

Quando ao poder público (governo federal) espera-se que dê assistência às escolas e secretarias da economia solidária; Ministério do Trabalho se fazer presente nas comunidades que estão desenvolvendo experiências de economia solidária e apoiar as iniciativas de cooperativismo nas escolas públicas;

No caso do sistema "S" ajudar na formação das (os) educadoras (es), quando solicitado.

A expectativa em relação ao movimento coloca-se com as seguintes iniciativas: garantir o acesso da economia solidária à organização popular; romper as barreiras entre educadoras e educadores da rede pública e da organização popular; organizar fóruns de economia solidária nas várias cidades que compõem o Distrito Federal.

Tema 7: Formação de Professoras (es) de Educação de Jovens e Adultos

Os movimentos sociais e entidades organizaram eventos de formação continuada (encontros, trocas de experiências, etc.) em conjunto com as instituições de ensino público, dentro da organização de um sistema de formação continuada.

Escolas que trabalham com alfabetização de jovens e adultos façam avaliação da proposta pedagógica, dos métodos de ensino com participação das educadoras e dos educadores, educandas e educandos.

No currículo e conteúdo dos cursos de formação de educadoras e educadores, incorporar as experiências diversas dos movimentos sociais.

No exercício da alfabetização de jovens e adultos desenvolver competências com alfabetizandos (os) no sentido de se mobilizarem, organizarem a reivindicação e conquista das necessidades exigidas em sua continuidade de escolarização.

Garantir a formação inicial e continuada de educadoras e educadores de jovens e adultos, segundo necessidades e exigências postas pela educação popular, tanto teórico, quanto prática.

Os movimentos sociais podem e devem desenvolver gestões junto às escolas públicas, para que suas educadoras e educadores tenham em mãos históricos do processo de aprendizagem das educandas e dos educandos oriundos das organizações populares, tudo como parte de uma ação conjunta entre escolas públicas e organizações populares.

Desenvolver a capacidade de produção de texto, tanto em nível das alfabetizandas como dos alfabetizandos, como parte da leitura e intervenção, visando à melhoria de condições de vida do mundo.

É imprescindível termos plano de carreira que contemplem o tempo integral e a dedicação exclusiva dos educadores e educadoras de jovens e adultos.

Além disso, torna-se indispensável que haja um sistema de acompanhamento das educadoras e educadores de jovens e adultos, particularmente, quando do término de sua formação inicial, tanto em iniciativas do poder público bem como dos movimentos sociais. Tudo isto, fazendo parte da formação continuada da educadora e do educador.

Chamar as universidades e, particularmente, a Universidade de Brasília, para que esteja organizado as suas funções de ensino (formação), pesquisa (produção de conhecimento) de comum acordo com as

necessidades mútuas universidade-movimentos sociais (organizações populares e sindicatos) em termos de formação inicial e continuada de educadoras e educadores e outras (os) profissionais.

Parte IV – RESUMO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS COMO SUBSÍDIOS

Documento 1: Uma das experiências bem-sucedidas em EJA no DF – Exames supletivos (GDF-SEE-SEP-DEJA)

O projeto dos Exames Supletivos tem por objetivo propiciar a jovens e adultos o DF e entorno condições de serem avaliados extra-classe, obtendo a conclusão parcial ou total dos seus estudos nos níveis de ensino Fundamental ou Médio.

Esta forma de avaliação é realizada em 3 etapas:

a) inscrição em telefone exclusivo(156); b) confirmação das inscrições nas Diretorias Regionais de Ensino em cada cidade, quando recebe o edital e o programa dos componentes curriculares; c) provas aplicadas, semestralmente, sempre aos domingos em escolas da rede pública em todas as cidades do Distrito Federal.

As provas são relativas aos 12 componentes curriculares do Ensino Médio e aos 7 componentes curriculares do Ensino Fundamental para candidatos inscritos pelo sistema de teleatendimento (2004-54.291 ligações; 2005-84.898 ligações), resultando em 2005 numa estimativa de 242.000 provas, estas elaboradas por professores com experiência em EJA e neste tipo de avaliação.

A partir de 2004, está sendo aplicada, semestralmente, provas internas aos alunos matriculados em EJA da rede pública.

Documento 2: Educação de Jovens e Adultos a distância - Parecer nº 74/2005 – CEEF

Processo nº 080.021908/2004

Interessado: Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – CESAS/SEE-DF

Aprovado na CEB e em Plenário em 29/03/05

Documento 3: A atuação do SESC: Serviço Social do Comércio (SESC-DF)

Mantido por empresários do comércio de bens e serviços, é uma entidade paraestatal que não recebe custeios do governo e tem como objetivo o bem estar social de sua clientela comercial e de prestadores de serviços com atuação nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência.

Desde 1973, o SESC vem enviando esforços para a efetivação do direito à educação e para melhoria da qualidade de vida, centrando sua ação sócio-educativa junto aos jovens e adultos trabalhadores maiores de 15 anos, de alfabetização até o ensino médio.

No Distrito Federal o SESC, em 2005, atende na modalidade de EJA a 1.548 estudantes, sendo 113 na alfabetização, 495 no ensino fundamental e 940 no ensino médio.

O curso de Alfabetização são gratuitos e nos de Ensino Fundamental e Médio são cobradas mensalidades que vão de R\$50,00 (comerciais e dependentes), R\$460,00 (conveniados) e R\$70,00 (usuários). Para alunos carentes, independente da categoria, após estudo de caso, podem ser concedidas bolsas de estudos com desconto de 10% a 90% da mensalidade.

A proposta educativa funda-se na autonomia, desenvolvimento crítico, cooperação, com respeito aos saberes acumulados pelos indivíduos, promovendo a auto-estima e a valorização das identidades pessoais e dos grupos.

Há previsão e incremento gradual do Projeto SESC LER com alfabetização e escolarização até 4ª série do ensino fundamental atendendo 942 alunos, em 2006, iniciando pelas cidades de Samambaia, Ceilândia e Gama.

Em 2004, a despesa realizada atingiu R\$2.125.000,00 e em 2005 está estimada em R\$3.210.000,00 (aumento de 51%), em que se inicia o seu Módulo de Educação e Cultura.

Documento 4: Fóruns de Educação Básica de Jovens e Adultos das cidades da Ceilândia e Sobradinho (Professores Henrique Paulo de Oliveira-Ceilândia e Delnilo Ribeiro Nogueira-Sobradinho)

Os sucessivos Encontros Pró-alfabetização de Jovens e Adultos promovidos pelo GTPA/DF com expressivo apoio da Universidade de Brasília, iniciados no Seminário de Educação de Adultos, em 1987, intensificaram-se no Ano Internacional de Alfabetização , em 1990, sobretudo nas cidades de Ceilândia, Gama e Sobradinho.

O Primeiro Fórum Regional Pró-alfabetização de Distrito Federal foi instalado com a presença de Paulo Freire, em Ceilândia, em 30/08/1996, numa profícua parceria do GDF/SEE e CEPARE no âmbito do Programa de Alfabetização Permanente de Jovens e Adultos – PRO-ALFA, em cumprimento ao artigo 225 da lei orgânica do DF.

Como desdobramento da atuação do GTPA/DF-Fórum EJA/DF, fóruns têm sido organizados em cidades que compõem a região do Distrito Federal e Entorno e nesse contexto surgiram os Fóruns de Educação Básica de Jovens e Adultos de Ceilândia e o de Sobradinho.

Em nível de cidade tem-se um objetivo comum ao Fórum geral (somar e convergir esforços da sociedade política e civil na busca da alfabetização e educação de jovens e adultos como parte de um processo de conquista de maiores e melhores condições de vida e os aspectos específicos relativos às necessidades de cada cidade.

Fórum de Educação e Cidadania de Ceilândia/DF (FECC) (CEM-18/Ceilândia - Prof. Henrique Paulo de Oliveira)

O Fórum de Educação e Cidadania de Ceilândia/DG (FECC) é um movimento organizado da sociedade civil de natureza autônoma e tem por atribuições, entre outras: a) promover a participação efetiva da comunidade escolar nos projetos de educação nas escolas em Ceilândia; b) discutir, elaborar e sugerir aos órgãos públicos, propostas e projetos político-pedagógicos para melhoria da educação; c) realizar eventos culturais, científicos, comunitários e de consolidação da cidadania; d) levar ao conhecimento das autoridades competentes as ações e/ou procedimentos incompatíveis com a educação. O FECC é um espaço democrático e aberto a todos que defendem e buscam uma educação básica e pública inclusiva, de qualidade e com participação efetiva da comunidade.

I Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Sobradinho (CEF-7 / Sobradinho II – Prof. Delnilo Ribeiro Nogueira)

Os antecedentes do fórum de Sobradinho remontam ao GTPA/DF, em 1990 e passam, mais recentemente, pela ação político-pedagógica da educadora Walkiria Barbosa Pinto, junto à Direção Regional de Ensino, professoras (es), escolas e estudantes. Ao se trabalhar a necessidade de um currículo específico da educação de jovens e adultos a partir das necessidades de educandas / educandos e o eixo norteador do Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, surge a necessidade de se organizar um espaço em que os vários atores do processo educativo pudessem se expressar.

Muitos problemas foram apresentados, tendo se concentrado no estudo e encaminhamento da solução da segurança, transporte e alimentação das estudantes, em sua maioria trabalhadoras que do seu trabalho vão direto para a escola. Os estudantes debateram e escolheram uma camiseta padrão, apresentaram peças teatrais, danças que geraram o livro "Causos e Contos de EJA – volume 1". Tudo isto contribuiu para a superação da evasão, aumento de aprendizagem e de estudantes no ano posterior. Houve também a produção de um jornal e uma integração maior escola-comunidade.

Em que pese, as dificuldades políticas encontradas realizou-se o I Fórum de EJA de Sobradinho, em duas iniciativas: uma da organização popular (CEPACS) e outra da Direção Regional de Ensino. Nesse momento, estuda-se uma maneira de reativar o diálogo e a realização de ação comum, que tenha como objetivo a melhoria das condições e a aprendizagem das educandas e educandos jovens e adultos.

A experiência está incipiente e revela-se muito promissora, pois, a articulação prévia em cada cidade, faz com que os assuntos, temas e interesses das cidades sejam discutidos e encaminhados com uma massa crítica acumulada de notável significado.

Outras cidades do DF, proximoamente, estarão organizando seus fóruns de educação de jovens e adultos.

Documento 5: A II Feira de Arte e Cultura da Ceilândia (CEM-3/ Ceilândia - Prof. Waldek Batista dos Santos)

Esta feira foi realizada com 1200 estudantes do curso noturno e 1300 do ensino médio de 24 a 26 de setembro de 2003, no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia-DF.

Inicialmente, fez-se um contato com direção e professores da escola, no sentido de sensibilizá-los e estabelecer os marcos norteadores do evento: sentido para a escola, estudantes, professores, direção e comunidade.

O interesse do corpo docente não foi de imediato e uniforme. Ao longo do processo professores, estudantes e comunidade foram aderindo à iniciativa, à medida que esta era discutida e ia sendo implementada. Fez-se um levantamento de temas de interesse dos estudantes e comunidade. Aqui, a integração professores/estudantes foi fundamental. Conseguiu-se a integração entre uma feira de ciências dos estudantes do ensino médio diurno e a feira de artes e cultura da educação de jovens e adultos do noturno.

Direitos do Cidadão, relação das Disciplinas com vida cotidiana dos estudantes, trabalhos de pesquisa, banda de ex-estudantes e a produção do vídeo "EJA: seu perfil e sua voz" pelos próprios estudantes.

Questionários e gráficos sobre a realidade dos estudantes. Palestras sobre a realidade da EJA com participação da Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação. Espaço de escuta das dúvidas, angústias e sugestões dos estudantes.

Como resultado, evidenciou-se uma relação professor - estudante descontrada e prazerosa. A necessidade de estar fortalecendo a presença da comunidade e na com a escola, através Associação de Pais, Mães e Mestre, Conselho Escolar, na perspectiva de esforço e aprendizagem de uma gestão democrática.

Concluindo, pode-se dizer que este levantamento de tentativa abrangente da situação da Educação de Jovens e Adultos abre caminho para uma pesquisa cada vez mais sistemática e acumulativa, no sentido de que dados e informações possam estar subsidiando as decisões em conjunto dos movimentos sociais e do poder público no exercício da parceria com autonomia do GTPA/DF-Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos- Fórum EJA/DF.

5º ENCONTRO NACIONAL DO MOVA-BRASIL MARCHA PRÓ-ALFABETIZAÇÃO

CARTA COMPROMISSO

AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO TARSO GENRO
À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO SENADO

A REDE MOVA-BRASIL CRIADA EM 2002, NO 3º ENCONTRO NACIONAL DOS MOVAS EM GOIÂNIA/GO, CONSTITUÍDA POR EDUCADORAS(ES) POPULARES, EDUCANDAS(OS), GESTORAS(ES), GRUPOS SOCIAIS, ENTIDADES QUE ATUAM NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS REIVINDICAM:

1- Cumprir o preceito constitucional do direito de todos à educação, e responsabilidade do poder público, até hoje não efetivado; para tanto, enfatizamos a necessidade de inclusão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos mecanismos de financiamento da educação básica com valor aluno igual às demais modalidades.

2- Cumprir os compromissos relativos à alfabetização e à educação de pessoas adultas firmados nas conferências internacion-

ais de Jomtien (1990), Hamburgo (1997) e Dakar (2000), orientando-se pelas diretrizes do parecer 11/2000 e pelas lutas populares em defesa da educação pública para todos.

3- Cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê alfabetizar 2/3 do contingente de analfabetos absolutos nos cinco primeiros anos de vigência da Lei 10172/2001, o que significa oferecer oportunidades de alfabetização a mais de 10 milhões de pessoas com idade su-

perior a 15 anos no decorrer dos próximos quatro anos.

4- Derrubar o veto presidencial que exclui a EJA do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e inclusão da EJA no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) com paridade de recursos.

5 - Fomentar, empreender e acompanhar as políticas públicas, com vistas a garantir o direito de todos à educação, potencializando a ação local de Educação de Jovens e Adultos coordenada nos Municípios e nos Estados, pelas prefeituras e secretarias municipais e estaduais, bem como as parcerias com as iniciativas da Sociedade Civil.

6- Garantir a articulação e interlocução entre as três esferas de governo, das secretarias/ministérios entre si e com os Movimentos populares e sindicais, ONGs, igrejas, serviços sociais, empresas e entidades civis populares dedicadas à alfabetização, para garantir a continuidade da Educação de Jovens e Adultos, nas redes públicas de ensino, iniciada

nos MOVAS.

7- Garantir a intersetorialidade das políticas públicas com ênfase na saúde (acuidade visual e saúde bucal), comunicação (Internet, telecentros), alimentação e transporte.

8- Garantir bolsa para as(os) educadoras(es) que assessoram e acompanham as turmas de alfabetização.

8- Reconhecer e legitimar, na elaboração e na implementação de políticas públicas, as ações empreendidas pelas redes de organizações da Sociedade Civil, pelos MOVAS e pelos Fóruns Estaduais de MOVAS/Educação de Jovens e Adultos.

9- Reavaliar os programas do MEC destinados à Educação de Jovens e Adultos e implementar o MOVA-BRASIL, de forma a possibilitar unificação das iniciativas de superação do analfabetismo e direcionamento às numerosas iniciativas particulares e locais de ONGs, igrejas, serviços sociais, empresas e entidades civis populares dedicadas à alfabetização, numa vertente libertadora, tendo em vista a transforma-

ção social.

10 - Garantir a continuidade dos estudos dos alfabetizandos, articulada às redes públicas de ensino, aliada à economia solidária e qualificação profissional, com apoio financeiro do governo federal.

11- Estabelecer parcerias com Universidades públicas para graduação e formação continuada, gratuita e de qualidade, garantindo a formação das(os) educadoras(es) populares numa vertente libertadora, envolvendo-as(os) na elaboração das propostas de formação.

12- Intensificar o diálogo entre SECAD e MOVAS e garantir a participação da Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).

13- Apoiar, política e financeiramente, a realização dos Encontros Nacionais do MOVA-BRASIL de forma a garantir a alimentação, hospedagem e transporte dos participantes.

Brasília, 09 de junho de 2005.

COORDENAÇÃO NACIONAL DAREDE MOVA-BRASIL

Adelaide Laís Parente Brasileiro – MOVA - Pará
Maria Augusta Bezerra Rossas – MOVA - Acre
Vilcir Catunda – MOVA - Brasil - Ceará
Eliane Bandeira e Silva – MOVA – Brasil - Rio Grande do Norte
Maria Emília de Castro Rodrigues -AJA - Goiânia
Maria Cilena Pina Pinto – MOVA - Indígena - MS
Maria Luiza Pereira Angelim - GTPA/DF
Luiz Soares da Cruz - MOVA-ABC-SP
Jonilton G. Aragão - MOVA São Paulo - SP
Maria Alice de Paula Santos - MOVA São Paulo - SP
Paulo Renato Cardozo Soares - MOVA Porto Alegre-RS
Anderson Severino Gomes - Instituto Paulo Freire - SP
Iraci Ferreira Leite - Associação de Educação Católica - AEC Brasil